



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS:

A Administração da Invepar - Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seus acionistas as Demonstrações Financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal. Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao exercício de 2011 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

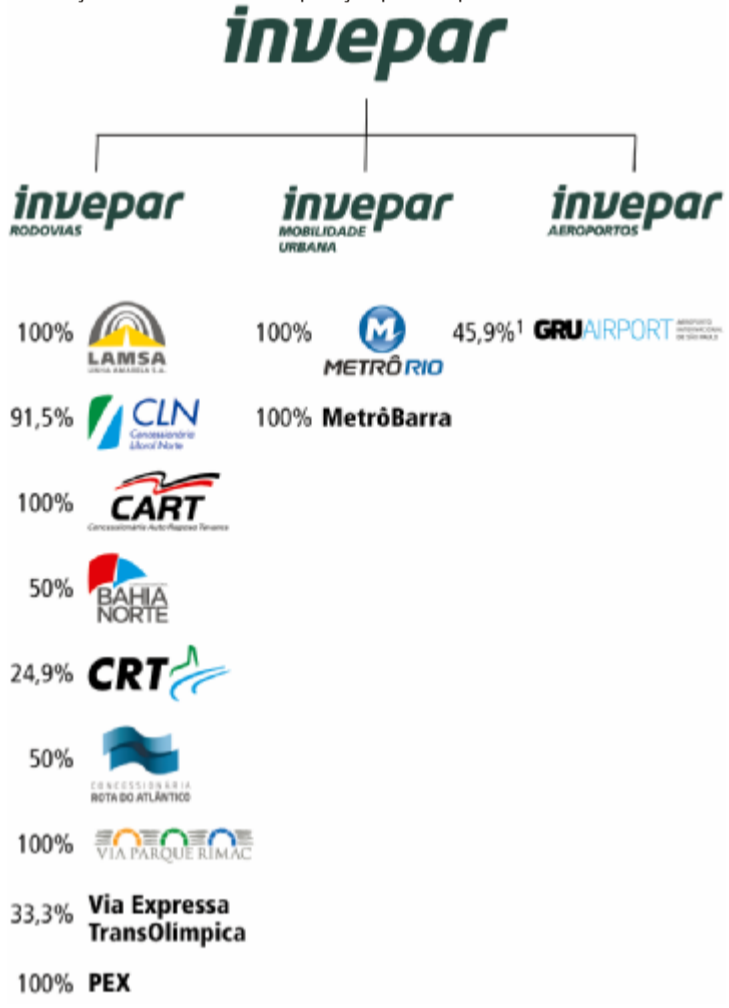
1 - A Invepar

A Invepar é uma companhia brasileira, fundada em 2000, que atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco de atuação nos setores de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos, sendo atualmente um dos maiores operadores de infraestrutura de transportes da América Latina.

Nos últimos quatro anos, o grupo Invepar adicionou oito concessões ao seu portfólio que atualmente é composto por dez concessões, quais sejam: (i) Linha Amarela (LAMSA), (ii) Concessionária Rio Teresópolis (CRT), (iii) MetrôRio e (iv) Via Expressa TransOlimpica (CTO), no Rio de Janeiro; (v) Concessionária Litoral Norte (CLN) e (vi) Concessionária Bahia Norte (CBN), na Bahia; (vii) Concessionária Auto Raposo Tavares (CART) e (viii) GRU Airport - o maior aeroporto da América Latina - em São Paulo; (ix) Concessionária Rota do Atlântico (CRA), em Pernambuco; e sua primeira expansão internacional, (x) Via Parque Rímac (VPR) em Lima, o maior projeto de infraestrutura urbana em curso no Peru.

Além das dez concessões mencionadas, a Invepar criou em 2012 a PEX, empresa que presta serviços de cobrança automática de pedágios ("Passe Expresso"), nas concessões Linha Amarela, Concessionária Bahia Norte e Concessionária Litoral Norte. O usuário tem acesso expresso na praça de pedágio, sendo automaticamente debitado a partir de um sistema pré-pago.

Outra empresa criada em 2012 foi a MetrôBarra, empresa que será responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que serão utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro que está em construção e com entrada em operação prevista para maio de 2016.



O percentual ao lado de cada empresa é relacionado a participação da Invepar em cada uma delas.

¹ A Invepar detém 90% de participação na GRU PAR, que detém 51% da concessionária.

2 - CONJUNTURA ECONÔMICA

De acordo com o IBGE, o PIB brasileiro cresceu 0,9% em 2012, encerrando o ano em R\$ 4,4 trilhões (valores correntes). Apesar do resultado pouco expressivo, a elevação de 0,6% do PIB no último trimestre indica uma trajetória de recuperação da economia brasileira, gerando otimismo para 2013. Para retomar o crescimento do PIB o Brasil precisará, invariavelmente, intensificar os investimentos em infraestrutura. Desta forma, o setor de infraestrutura de transportes figurará no polo ativo das prioridades dos Governos Federal, Estadual e Municipal contando com a participação do setor privado na forma de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP). Entre as iniciativas anunciadas, ao longo de 2013, o Governo Federal iniciará processos de licitações para concessionar 7,5 mil quilômetros de rodovias federais, 10 mil quilômetros de linhas de ferrovias, 2 aeroportos internacionais - Galeão, no Rio de Janeiro, e Confins, em Belo Horizonte - e terminais portuários.

3 - O SETOR DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES EM NÚMEROS: RODOVIAS, MOBILIDADE URBANA E AEROPORTOS

Segmento de Rodovias
De acordo com a ABCR (Associação Brasileira de Concessões de Rodovias), o Brasil possui o quarto maior mercado de veículos do mundo. O tráfego em rodovias em concessão no País entre 2002 e 2012 cresceu 84%, passando de 57 mil para 105 mil veículos por quilômetro. Segundo o Banco Mundial, as rodovias respondem, atualmente, por mais de 70% do volume de cargas transportadas no País. Apesar disso, a qualidade da malha rodoviária brasileira está abaixo dos padrões internacionais, com somente 13,8% das rodovias pavimentadas.

Segmento de Mobilidade Urbana
De acordo com o Banco Mundial, mais de 80% da população brasileira vive atualmente em cidades e aglomerados urbanos. Na região Sudeste, esse valor ultrapassa os 90%. Os grandes eventos programados para os próximos anos, como a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude em 2013, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, entre outros, deverão aumentar o fluxo de pessoas nas grandes cidades. Esse cenário, somado às necessidades de melhorias no sistema de transporte público com vistas a promover o crescimento do País, levou o Governo Federal a lançar PACs (Programa de Aceleração do Crescimento) específicos para a mobilidade urbana, incluindo o PAC Mobilidade Grandes Cidades e o PAC Mobilidade Médias Cidades.

Segmento de Aeroportos
De acordo com a ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), o número de passageiros de avião no Brasil aumentou de 48,4 milhões em 2002 para 113,4 milhões em 2012, um salto de aproximadamente 134% em apenas dez anos. Nas últimas previsões publicadas pela Airbus sobre o mercado global, o País aparece como o quarto maior mercado mundial de tráfego doméstico. Além disso, os mega eventos esportivos - Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 - deverão elevar significativamente o fluxo de turistas para o País. Estudo da Fundação Getúlio Vargas prevê que somente a Copa deverá atrair 79% mais turistas estrangeiros aos aeroportos brasileiros.

4 - DESTAQUES DO ANO

4.1 Aquisições estratégicas

Em 2012, a Invepar obteve quatro novas conquistas, de significativa relevância tanto para os seus negócios como para o desenvolvimento da infraestrutura das regiões, descritas a seguir:
GRU Airport - Entrada no Segmento Aeroportuário
O grupo ingressou, estrategicamente, no segmento aeroportuário, vencendo o leilão para administrar e operar o maior aeroporto da América Latina e o principal gateway do Brasil, o Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo.

No dia 15 de novembro, GRU Airport - Concessionária do Aeroporto Internacional de São Paulo assumiu o controle da operação, assistida pela Infraero. Conforme previa o Plano de Transferência de Operação (PTO), o controle definitivo aconteceu no dia 15 de fevereiro de 2013. O plano total de investimento previsto por GRU Airport até 2032 é de aproximadamente R\$ 5 bilhões (moeda constante), sendo aproximadamente R\$ 3 bilhões (moeda constante) investidos até a Copa de 2014.

Via Parque Rímac - Expansão Internacional

Em 2012, a Invepar deu o primeiro passo para a internacionalização dos seus negócios, com a incorporação da Via Parque Rímac, concessão rodoviária urbana localizada em Lima no Peru.

Localizada na região metropolitana da capital peruana, a via é considerada no momento o projeto de infraestrutura urbana mais importante do país, pois prevê não apenas importantes melhorias na mobilidade de Lima, como também impactos positivos na área social em seu entorno. Ao todo, serão 25 quilômetros de via expressa, que ligarão as principais radiais que chegam a Lima, seguindo para o Porto e para o Aeroporto Internacional de Lima.

Via Expressa TransOlimpica -

Player Estabelecido para Projetos de PMI

A Invepar, através do Consórcio Rio Olímpico - do qual detém 33,34% de participação - venceu em abril de 2012 a licitação para implantar e operar a Via Expressa TransOlimpica, no Rio de Janeiro, a qual faz parte do conjunto de investimentos para os Jogos Olímpicos de 2016. Esta via urbana de 13 quilômetros está em fase de construção e entrará em operação até junho de 2016. O desenvolvimento do projeto foi realizado pela Invepar através do mecanismo previsto na legislação conhecido como PMI¹, demonstrando mais uma vez a sua capacidade inovadora de desenvolver negócios e agregar valor à sociedade.

¹PMI - Procedimento de Manifestação de Interesse é um mecanismo que tem por objetivo orientar a participação do setor privado na estruturação de projetos de concessão e permissão no âmbito da administração pública. Por meio desse instrumento o Estado incitou e criou condições para a iniciativa privada fazer estudos e modelagens para exploração de infraestrutura. Em alguns estados brasileiros, é conhecido por Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada (MIP).

Sendo a primeira via expressa do Rio de Janeiro desde a conclusão da Linha Amarela, há mais de 15 anos, a TransOlimpica conectará a Avenida Brasil, em Magalhães Bastos, à Avenida Salvador Allende, em Jacarepaguá, beneficiando diretamente mais de 400 mil pessoas em seus 13 quilômetros de extensão.

Linha 4 - Único Operador de Metrô do Rio de Janeiro

Em dezembro de 2012, a Invepar celebrou o Contrato de outorga de opções de compra e venda de ações da Concessionária Rio Barra, responsável pela concessão da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, consolidando-se como a única operadora de metrô do Estado do Rio de Janeiro.

Com sua entrada em operação em 2016, a Linha 4 deverá acrescentar 16 quilômetros ao sistema metroviário (que conta atualmente com 41 quilômetros), adicionando cerca de 300 mil passageiros/dia e seis novas estações. De acordo com o mesmo Contrato, a Invepar, através da MetrôBarra (subsidiária integral) será responsável por disponibilizar material rodante e sistemas para operação da Linha 4.

4.2 Gestão e Comunicação Invepar:

Ética Reforçada: Em 2012, a Invepar instituiu seu Código de Ética e Conduta, em linha com sua orientação para as melhores práticas de Governança Corporativa. Aplicável a todos os integrantes do grupo, suas diretrizes orientam o relacionamento justo e responsável com todos os públicos estratégicos da Companhia (acionistas, clientes, sindicatos, parceiros, prestadores de serviço, poder público, comunidade e sociedade em geral). Um Comitê de Ética foi constituído para promover a implantação, garantir e manter a aplicação das diretrizes.

Nova Estrutura Organizacional: Como parte de seu processo de aprimoramento organizacional, a Invepar implementou em 2012 as novas áreas de (i) Performance de Gestão; (ii) Relações com Investidores; (iii) Comunicação Corporativa; (iv) Responsabilidade Social e (v) Auditoria Interna.

Nova Marca: Em 2012, o grupo Invepar lançou sua nova marca que simboliza a evolução do grupo, bem como sua vocação em oferecer as melhores soluções em infraestrutura de transportes. Através de uma identidade visual comum a todos os seus negócios, a Invepar busca reforçar o seu posicionamento de que compromisso é confiança. E que, embora tenha crescido, a Invepar continua com uma forte preocupação com a qualidade dos serviços oferecidos, ao mesmo tempo em que mantém os seus olhos voltados para o futuro.

Novas Ferramentas de Gestão: em 2012 o grupo Invepar adotou como solução de ERP ("Enterprise Resource Planning") o SAP. Através do Projeto Horizontes, o SAP foi implantado com sucesso no MetrôRio, Invepar Holding, Instituto Invepar, LAMSA, CLN, CART e VPR. Em GRU Airport foram iniciados os estudos para o processo de implantação. A plataforma contribui para a padronização e aprimoramento dos processos de gestão da Invepar.

Projetos Sociais do Instituto Invepar: No ano de 2012, foram investidos R\$ 1,8 milhão com recursos próprios, R\$ 2,2 milhões com recursos incentivados e R\$ 1,2 milhões com recursos de terceiros em projetos sociais na área de Meio Ambiente, Cultura & Esporte e Educação, beneficiando diretamente mais de 130 mil pessoas. Os projetos alcançaram 600 mil beneficiários indiretos e 2,5 milhões de pessoas impactadas com ações de comunicação.

5 - AUMENTO DE CAPITAL

Em 21 de março de 2012 a Assembleia Geral aprovou aumento de capital na Invepar pelo qual foram emitidas 17.429.354 ações ordinárias (14,94% do total de ações desta classe) e 34.858.708 ações preferenciais (14,94% do total de ações desta classe) integralmente subscritas e integralizadas pelo grupo OAS, que utilizou 100% das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações (Sociedade de Propósito Específico detentora da totalidade das ações de VPR) para a integralização deste aumento de capital.

A Assembleia Geral aprovou ainda nesta data um segundo aumento de capital com emissão de ações ordinárias e preferenciais, no montante aproximado de R\$ 1,3 bilhão, integralmente subscrito e integralizado em espécie pelos acionistas Fundação Petrosbras de Seguridade Social - PETROS e Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF.

Em decorrência das sucessivas operações societárias descritas acima, a partir de 21 de março de 2012, a composição acionária da Invepar passou a ser a seguinte: PREVI - 25,56%; FUNCEF - 25,00% e PETROS - 25,00% e Grupo OAS - 24,44%.

6 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

As ações implementadas no ano de 2012, com a adoção de melhores práticas operacionais e o bom desempenho de tráfego, resultaram em um maior desenvolvimento econômico-financeiro das empresas do grupo. No segmento de Rodovias, o número total de VEPs (Veículos Equivalentes Pagantes) cresceu 13,4%, ultrapassando os 147 milhões. Os principais fatores responsáveis por esse crescimento foram: (i) o "ramp-up" das operações da Bahia Norte, que iniciou suas operações em abril de 2011; (ii) a consolidação do tráfego na CART, inaugurada em março de 2009, além do aquecimento do agronegócio do interior de São Paulo; (iii) aumento no fluxo de tráfego da LAMSA, decorrente das obras realizadas; e, (iv) o fechamento da rota de fuga Las Palmas na CLN.

De igual forma, o resultado operacional no segmento de Mobilidade Urbana apresentou resultado positivo, atingindo 185,9 milhões de passageiros transportados no exercício, 3,3% superior aos 180,0 milhões de passageiros em 2011, influenciado principalmente pelo aquecimento econômico da cidade do Rio de Janeiro, aliado à melhora operacional do MetrôRio e a gradativa entrada em operação de novos trens, ampliando a oferta. Em relação ao segmento de Aeroportos, GRU Airport atingiu 32,8 milhões de passageiros transportados durante o ano, representando um aumento de 9,3% em relação à 2011. Ademais, foram efetuados 274 mil pousos e decolagens e transportadas 507 mil toneladas de carga aérea e mala postal.

6.1 - RECEITA OPERACIONAL

Resultado Consolidado (R\$ Mil)	2012	2011	▲%
Receita Bruta	2.611.328	1.547.454	68,7%
Receita com Rodovias	582.363	494.456	17,8%
Receita com Mobilidade Urbana	541.311	483.303	12,0%
Receita com Aeroportos	148.903	-	n.m.
Receita de Construção (IFRS)	1.338.751	569.695	135,0%
Receita Bruta Ajustada	1.272.577	977.759	30,2%
Deduções da Receita Bruta (100.996)	(100.996)	(73.223)	37,9%
Receita Líquida Ajustada	1.171.581	904.536	29,5%
Receita Bruta Ajustada = Receita Bruta - Receita de Construção (IFRS)			
n.m. = não mensurado			

Em 2012 a Invepar atingiu uma Receita Bruta Consolidada de R\$ 2,6 bilhões, um crescimento de 68,7% em relação ao mesmo exercício de 2011. Parte da Receita Bruta Consolidada é relacionada à receita de construção, advinda das normas de IFRS (R\$ 1,3 bilhão). Para efeito de análise, a Receita Líquida Ajustada não contempla este impacto.

Resultado Consolidado (R\$ Mil)	2012	2011	▲%
Receita Líquida Ajustada	1.171.581	904.536	29,5%
Receita com Rodovias	531.523	451.877	17,6%
Receita com Mobilidade Urbana	506.902	452.659	12,0%
Receita com Aeroportos	133.156	-	n.m.
Receita Líquida Ajustada = Receita Líquida - Receita de Construção (IFRS)			
n.m. = não mensurado			

A Receita Líquida Ajustada (ROL Ajustada) atingiu cerca de R\$ 1,2 bilhão em 2012, um crescimento de R\$ 267,0 milhões ou 29,5% em relação ao exercício anterior. Os principais impactos foram:

- **Segmento de Rodovias** - Representou 46,1% da ROL Ajustada, com um crescimento de R\$ 79,6 milhões, ou 17,6% em relação a 2011, principalmente pelo: (i) aumento de VEPs no exercício, resultando em um impacto positivo de R\$ 36,3 milhões (ii) reajustes tarifários que totalizaram um aumento de R\$ 36,0 milhões e (iii) aumento de R\$ 7,3 milhões em receitas acessórias;
- **Segmento de Mobilidade Urbana** - Representou 43,3% da ROL Ajustada, com um crescimento de R\$ 54,3 milhões, ou 12,0% em relação a 2011, representado principalmente pelo: (i) reajuste de tarifa, que totalizou um aumento de R\$ 28,6 milhões, (ii) aumento do número de passageiros pagantes, adicionando R\$ 23,4 milhões e (iii) aumento de R\$ 2,3 milhões em receitas acessórias;
- **Segmento de Aeroportos** - Representou 10,6% da ROL Ajustada, com efeito de R\$ 133,2 milhões. Receita de operação auferida a partir de 15 de novembro de 2012 por GRU Airport.

6.2 - CUSTOS & DESPESAS

Resultado Consolidado (R\$ Mil)	2012	2011	▲%
Custos & Despesas Operacionais	(2.290.306)	(1.291.983)	77,3%
Pessoal	(287.140)	(220.317)	30,3%
Conservação & Manutenção	(121.995)	(105.176)	16,0%
Operacionais	(140.736)	(131.138)	7,3%
Outorga Variável	(6.683)	(5.833)	14,6%
Despesas Administrativas	(181.290)	(95.491)	89,9%
Custo de Construção (IFRS)	(1.316.996)	(555.437)	137,1%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(6.533)	(6.066)	7,7%
Depreciação & Amortização	(228.933)	(172.525)	32,7%
Custos & Despesas Operacionais Ajustado	(966.777)	(730.480)	32,3%
Ajustado = Não considera os impactos de IFPS relacionados ao Custo de Construção e a Provisão de Manutenção.			

Em 2012, os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R\$ 2,3 bilhões. Incluído neste valor, estão R\$ 1,3 bilhão de custo de construção e R\$ 6,5 milhões de provisão de manutenção relacionados ao IFRS. Para efeito de análise, os Custos e Despesas Operacionais Ajustados não contemplam estes valores.

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados atingiram R\$ 966,8 milhões em 2012, um crescimento de R\$ 236,3 milhões ou 32,3% em relação ao exercício anterior. Os principais impactos que causaram este aumento foram: (i) conquista de novas concessões, em especial GRU Airport (R\$ 176,5 milhões) e empresas ainda pré-operacionais em 2012 - incluindo CRA, VPR e CTO (R\$ 20,9 milhões).

6.3 - EBITDA & MARGEM EBITDA

Resultado Consolidado (R\$ mil) - DRE	2012	2011	▲%
Receita Bruta	2.611.328	1.547.454	68,8%
Receita Líquida	2.510.332	1.474.229	70,3%
Custos Operacionais	(1.961.118)	(1.089.593)	80,0%
Lucro Bruto	549.214	384.636	42,8%
Despesas Gerais & Administrativas	(329.188)	(202.388)	62,7%
Outros	912	(2.391)	-138,2%
EBIT	220.938	179.857	22,8%
(+) Depreciação & Amortização	228.933	172.525	32,7%
EBITDA¹	449.871	352.382	27,7%
Margem EBITDA¹	17,9%	23,9%	-6,0 p.p.s.
Ajustes	(15.222)	(8.192)	85,8%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(1.338.751)	(569.695)	135,0%
(+) Custo de Construção (IFRS)	1.316.996	555.437	137,1%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	6.533	6.066	7,7%
EBITDA Ajustado	434.649	344.190	26,3%
Margem EBITDA Ajustado	37,1%	38,1%	-1,0 p.p.
¹ EBITDA calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/12. EBITDA = LAJIDA = Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation & Amortization.			

O EBITDA consolidado, considerando o impacto IFRS, totalizou R\$ 449,9 milhões, um aumento de 27,7% em relação ao ano de 2011, com uma Margem EBITDA de 17,9%. O EBITDA consolidado ajustado atingiu R\$ 434,7 milhões em 2012, com uma Margem EBITDA de 37,1%. A razão para a queda da Margem EBITDA em 1,0 p.p. entre os exercícios é a entrada de novas empresas no grupo, que no começo incorrem em mais custos e despesas sem a devida contrapartida de receitas.

O EBITDA Ajustado é calculado desconsiderando as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção, introduzidas pela adoção do IFRS.

6.4 - RESULTADO FINANCEIRO

Em 2012, o resultado financeiro líquido apresentou uma melhora de 33,9% em relação a 2011, totalizando R\$ 165,2 milhões de despesas líquidas no exercício. Esta variação ocorreu principalmente em razão do aporte de capital realizado no início do ano, do alongamento das dívidas e redução dos custos de financiamento, bem como da geração de caixa operacional, proporcionando maior disponibilidade de caixa e consequente aumento das receitas financeiras. As despesas financeiras não sofreram grande variação no exercício, embora a dívida bruta tenha aumentado em R\$ 1,1 bilhão entre 2011 e 2012. Isso se deve ao fato da maior parte da captação da dívida, R\$ 800 milhões, ter ocorrido no final do ano.

A melhora do perfil da dívida com seu alongamento e a redução do custo financeiro, vão ao encontro do objetivo corporativo de viabilizar estruturas de financiamento de projetos adequadas ao perfil de CAPEX e de desempenho operacional dos projetos do portfólio da Invepar.

6.5 - LUCRO LÍQUIDO

Em 2012, o Lucro líquido foi de R\$ 24,6 milhões, representando um aumento de R\$ 84,2 milhões em relação a 2011 (prejuízo de R\$ 59,6 milhões).

6.6 - DISPONIBILIDADES & ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO

Resultado Consolidado (R\$ mil)	2012	2011	▲%
Dívida Líquida	(2.019.578)	(2.072.531)	-2,6%
Disponibilidades	1.727.112	578.243	198,7%
Dívida Bruta	3.746.690	2.650.774	41,3%
Curto Prazo	144.795	615.351	-76,5%
Empréstimos e Financiamentos	120.477	495.212	-75,7%
Debêntures	24.318	120.139	-79,8%
Longo Prazo	3.601.895	2.035.423	77,0%
Empréstimos e Financiamentos	2.412.068	1.190.214	102,7%
Debêntures	1.189.827	845.209	40,8%

O grupo Invepar encerrou o exercício de 2012 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras no total de R\$ 1,7 bilhão, aproximadamente 3,0 vezes superior a 2011. Este aumento ocorreu em grande parte devido ao aporte de capital realizado no primeiro trimestre do ano, as captações e a geração de caixa operacional.

A dívida bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 3,7 bilhões no exercício, representando um aumento de 41,3% em relação a 2011. O montante da dívida com vencimento no longo prazo representa 96% em 2012 (77% em 2011). O crescimento da dívida ocorreu em razão da captação de empréstimos e debêntures para os investimentos das concessões dentre as quais se destacam: (i) captação de aproximadamente R\$ 450 milhões para GRU Airport (parte do Empréstimo-Ponte de R\$ 1,2 bilhão contratado junto ao BNDES); (ii) o equivalente a R\$ 570 milhões para a Via Parque Rímac, através de emissão de Project Bonds e empréstimos de bancos locais em Nuevos Soles; (iii) emissão de debêntures para investimentos em melhorias na via expressa Linha Amarela no montante de R\$ 387 milhões e (iv) captação de R\$ 750 milhões através de emissão de debêntures via ICVM 400 para a Concessionária Auto Raposo Tavares.



Embora a dívida bruta consolidada tenha aumentado para viabilizar o processo de expansão da Companhia, em função do aumento das disponibilidades, a dívida líquida teve uma redução de 2,6% em relação a 2011.

6.7 - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em 2012 os investimentos totalizaram R\$ 1,8 bilhão. Entre os principais investimentos a serem realizados para os próximos anos, destacamos:

GRU Airport: até 2014 serão realizadas obras para a ampliação e modernização da estrutura do aeroporto, incluindo reformas parciais dos Terminais 1 e 2. O principal destaque é o início das obras de construção do Terminal 3, que terá capacidade para cerca de 12 milhões de passageiros por ano, e a construção de um novo edifício garagem com aproximadamente 2.600 vagas.

Via Parque Rímac: início da construção de novas vias, pontes, viadutos, além do desvio do Rio Rímac para construção de um túnel de 2 KM por baixo do mesmo.

MetróRio: expansão da frota através da aquisição de 19 novos trens (aumento de capacidade de 63%, totalizando 49 trens e 294 carros), novo Centro de Operações, novos pátios de manobra e a construção da Estação Uruguai (conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2014).

Concessionária Auto Reposo Tavares: obras de restauração da pavimentação, início da duplicação da via, e investimento nas instalações de fibra ótica ao longo da rodovia.

Linha Amarela: obras de restauração, ampliação e remodelação dos acessos à Linha Amarela, resultando na melhoria do nível de serviço e aumento de tráfego.

6.8 - DESTINAÇÃO DE DIVIDENDOS

A Invepar adota como política, estabelecida em seu Estatuto Social, a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da Lei 6.404/76. Após a compensação de prejuízos acumulados e constituições de reservas, a Companhia destinará dividendos de R\$ 1,5 milhão referentes ao exercício de 2012.

7 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

Seguindo as melhores práticas de governança corporativa do mercado, a Invepar é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, cujos mandatos, composições e funções estão estabelecidos em um Estatuto Social. A Companhia conta também com um Conselho Fiscal permanente.

Com uma gestão transparente e o compromisso de criar valor para seus acionistas, possui ainda, uma área de Governança Corporativa, responsável por centralizar as demandas dos acionistas - via Conselhos de Administração e Fiscal - junto a Diretoria Executiva, visando o melhor interesse da empresa no longo prazo.

8 - INSTITUTO INVEPAR

A Invepar tem como compromisso gerir seu negócio de maneira ética e socialmente responsável, buscando a aplicação das melhores práticas para preservação do meio ambiente, com o objetivo de reduzir os impactos de sua operação e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que está inserida.

Nesse contexto, insere-se o Instituto Invepar com posicionamento alinhado à estratégia da organização. Criado em 2002, mobiliza e apoia iniciativas de responsabilidade socioambiental e investimento social privado nos locais em que atuam as empresas controladas pelo grupo.

9 - RECURSOS HUMANOS

A valorização dos seus recursos humanos é questão estratégica para a Invepar, que investe continuamente no crescimento profissional e satisfação de seus funcionários. A Companhia mantém políticas de remuneração, benefícios e desenvolvimento organizacional compatíveis com as melhores práticas de mercado. Em 2012, a Invepar e suas controladas contavam com 5.122 funcionários, um aumento de 19% em relação a 2011.

10 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de fevereiro de 2013 iniciou-se a operação da Via Parque Rímac (VPR) e no dia 13 do mesmo mês foi celebrado um Aditivo Contratual entre a LAMSAC - sociedade de propósito específico responsável pelo projeto Via Parque Rímac - e a Municipalidade de Lima, no qual o prazo da concessão foi expandido em 10 anos, passando de 30 para 40 anos, até 2049. Em contrapartida a Concessionária assume novas obrigações de investimentos, além do pagamento de outorga variável de 7% sobre a receita bruta.

Prêmios e reconhecimentos: Devido às conquistas de 2012, a Companhia recebeu em 2013 dois prêmios reconhecendo suas realizações: (i) em 07 de março, a revista Project Finance (Euromoney) concedeu à Invepar e à Via Parque Rímac o prêmio Latin America PPP Deal of The Year 2012. O financiamento da concessionária foi o maior de 2012 no Peru - foram US\$ 520 milhões equivalentes captados integralmente no mercado peruano e com prazo de 25 anos. O projeto ganhou o prêmio por ser a primeira operação de valor elevado sem garantia do governo peruano e que mistura empréstimos bancários de investidores institucionais, seguradoras e da Corporación Financiera de Desarrollo (COFIDE); e, (ii) no dia 19 de março, a Invepar recebeu o prêmio Deal of the Year 2012 da Latin Lawyer, uma das principais publicações internacionais da área do Direito na América Latina. A Companhia foi premiada na categoria Regulatório, pelo êxito na concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, hoje GRU Airport. O negócio foi contemplado por sua complexidade jurídica e por seu aspecto inovador, pois trata-se do primeiro movimento de concessão de aeroportos de grande porte no Brasil.

11 - PERSPECTIVAS 2013

Novos Negócios: A Invepar continuará buscando novas oportunidades - no âmbito federal, estadual, municipal e internacional - sempre tendo como foco os seus segmentos de atuação e a criação de valor para os nossos acionistas.

Abertura de Capital na Bolsa: A Invepar é atualmente uma sociedade anônima de capital com registro na CVM na categoria A, e pretende realizar a sua Oferta Pública Inicial de ações (OPA). Para viabilizar este plano, a Companhia iniciou seu processo de preparação em 2012. No fim do primeiro semestre, foi constituída a área de Relações com Investidores, com a principal missão de planejar e coordenar esse processo. É importante observar que a Invepar já possui um modelo de governança corporativa implementado e segue as exigências da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

12 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Invepar apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas do ano de 2012, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis às operações da Companhia.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Em atendimento à determinação da instrução CVM 381/2003, o grupo utiliza os serviços de auditoria independente da ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes SS. No exercício encerrado em dezembro de 2012, além de serviços relacionados à auditoria contábil, também foram contratados aproximadamente R\$ 520 mil em serviços relacionados à auditoria para a 2ª emissão de debêntures na CART e consultoria relacionada ao diagnóstico de impactos do IFRS em GRU Airport e na INVEPAR.

13 - DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Invepar declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer da ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

14 - AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que contribuíram para o êxito alcançado pela Companhia neste exercício.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.
A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011		2012	2011	2012	2011
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	490.471	220.580	1.029.515	266.314					
Aplicações financeiras (Nota 4)	53.051	-	444.906	277.320					
Contas a receber (Nota 5)	-	-	164.772	31.817					
Estoques (Nota 6)	-	-	16.619	13.535					
Impostos a recuperar (Nota 7.a)	21.431	9.238	48.857	24.740					
Debêntures (Nota 8)	-	38.415	-	-					
Adiantamento a fornecedores	400	98	20.876	3.046					
Partes relacionadas (Nota 8)	20.429	-	-	12.413					
Dividendos a receber (nota 9)	15.113	-	-	-					
Outros	18	279	7.388	12.289					
	600.913	268.610	1.732.933	641.474					
Não circulante									
Aplicações financeiras (Nota 4)	-	-	252.691	34.609					
Partes relacionadas (Nota 8)	1.244	1.244	-	9.292					
Contas a receber (Nota 5)	-	-	5.445	4.365					
Impostos a recuperar (Nota 7.a)	-	1.443	5.020	1.443					
Impostos diferidos (Nota 7.b)	-	-	161.224	135.302					
Debêntures (Nota 8)	-	498.712	-	-					
Depósitos judiciais (Nota 17)	200	200	48.109	37.365					
Outros	-	-	866	143					
	1.444	501.599	473.355	222.519					
Investimentos (Nota 9)	3.221.851	1.453.534	146	146					
Imobilizado (Nota 12)	2.990	3.003	265.362	210.496					
Intangível (Nota 13)	14.307	282	17.960.200	3.864.497					
	3.240.592	1.958.418	18.699.063	4.297.658					
Total do ativo	3.841.505	2.227.028	20.431.996	4.939.132					
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante									
Fornecedores	6.317	1.577	206.603	39.069					
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	-	-	120.477	495.212					
Debêntures (Nota 15)	-	94.250	24.318	120.139					
Impostos a recolher (Nota 7.c)	1.238	920	50.398	34.340					
Obrigações com empregados e administradores	7.524	5.736	42.083	39.582					
Concessão de serviço público (Nota 16)	-	-	1.210.985	348.469					
Provisão para manutenção (Nota 18)	-	-	80	73					
Adiantamentos de clientes	-	-	14.607	11.955					
Partes relacionadas (Nota 8)	620	-	39.602	12.505					
Dividendos propostos	1.511	-	1.511	-					
Outros	-	-	68.319	8.880					
	17.210	102.483	1.778.983	1.110.224					
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	-	-	2.412.068	1.190.214					
Debêntures (Nota 15)	-	443.299	1.189.827	845.209					
Impostos a recolher (Nota 7.c)	-	-	205	1.930					
Impostos diferidos	-	-	9.636	6.288					
Concessão de serviço público (Nota 16)	-	-	10.943.690	58.318					
Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 17)	-	-	12.879	15.216					
Adiantamento de clientes	-	-	49.714	11.662					
Provisão para manutenção (Nota 18)	-	-	21.066	14.606					
Outros	-	-	116	-					
	-	443.299	14.639.201	2.143.443					
	17.210	545.782	16.418.184	3.253.667					
Total do passivo									
Patrimônio líquido (Nota 19)									
Capital social	3.351.958	1.699.466	3.351.958	1.699.466					
Reserva de capital	432.539	-	432.539	-					
Reserva de lucros	4.853	-	4.853	-					
Prejuízo acumulado	-	(18.220)	-	(18.220)					
Ajustes acumulados de conversão	34.945	-	34.945	-					
	3.824.295	1.681.246	3.824.295	1.681.246					
Participação dos não controladores	-	-	189.517	4.219					
Total do patrimônio líquido	3.824.295	1.681.246	4.013.812	1.685.465					
Total do passivo e patrimônio líquido	3.841.505	2.227.028	20.431.996	4.939.132					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita líquida de serviços (Nota 24)	-	-	1.171.581	904.536
Receita líquida de construção (Nota 24)	-	-	1.338.751	569.695
	-	-	2.510.332	1.474.231
Custo dos serviços prestados (Nota 24)	-	-	(644.122)	(534.176)
Custo de construção (Nota 24)	-	-	(1.316.996)	(555.437)
Lucro bruto	-	-	549.214	384.618
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(58.978)	(34.130)	(329.188)	(202.370)
Equivalência patrimonial (Nota 9)	41.945	(24.536)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 11)	(37)	-	912	(2.391)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(17.070)	(58.666)	220.938	179.857
Receitas financeiras (Nota 20)	87.964	82.798	189.351	118.814
Despesas financeiras (Nota 20)	(43.606)	(83.735)	(354.554)	(368.681)
Resultado antes dos impostos	27.288	(59.603)	55.735	(70.010)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 7.d)				
Correntes	(2.704)	-	(54.397)	(45.175)
Diferidos	-	-	16.687	55.558
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores	24.584	-	18.025	(59.627)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	6.559	24
Resultado líquido do exercício	24.584	(59.603)	24.584	(59.603)
Resultado por ação (básico e diluído) - PN	0,06	(0,21)	0,06	(0,21)
Resultado por ação (básico e diluído) - ON	0,06	(0,21)	0,06	(0,21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			24.584	(59.603)
Outros resultados abrangente				
Diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras			34.945	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos de impostos			59.529	(59.603)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			24.584	(59.603)
Outros resultados abrangente				
Diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras			34.945	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos de impostos			59.529	(59.603)
Atribuível a				
Acionistas controladores			52.970	(59.627)
Acionistas não controladores			6.559	24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	27.288	(59.603)	55.735	(70.010)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Participação dos não controladores	-	-	(6.559)	(24)
Equivalência patrimonial	(41.945)	24.536	-	-
Depreciações e amortizações	5.416	5.519	228.933	172.525
Baixa de imobilizado e intangível	38	123	8.042	1.941
Margem de construção	-	-	(21.755)	(14.258)</



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Capital social subscrito e integralizado	Rerserva de Capital	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	Participação dos não controladores	Total consolidado
		Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Em 31 de dezembro de 2010	1.341.591	-	13.941	27.442	-	-	4.243	1.387.217
Aumento de capital (Nota 19)	357.875	-	-	-	-	-	-	357.875
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(59.603)	(24)	(59.627)
Absorção de prejuízo	-	-	(13.941)	(27.442)	-	41.383	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	1.699.466	-	-	-	-	(18.220)	4.219	1.685.465
Aumento de capital (Nota 19)	1.652.492	432.539	-	-	-	-	-	2.085.031
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	34.945	-	-	34.945
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	24.584	(6.559)	18.025
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	318	4.535	-	(4.853)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.511)	-	(1.511)
Adição de minoritário – GRU	-	-	-	-	-	-	191.857	191.857
Em 31 de dezembro de 2012	3.351.958	432.539	318	4.535	34.945	-	189.517	4.013.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas brutas	-	-	2.606.449	1.550.391
Vendas de serviços	-	-	1.269.039	977.568
Receita de construção	-	-	1.338.751	569.695
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(2.648)	(187)
Outras receitas	-	-	1.307	3.315
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(18.580)	(6.902)	(1.751.857)	(907.244)
Custos dos serviços vendidos	-	-	(146.158)	(149.451)
Custo de construção	-	-	(1.316.996)	(555.437)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.757)	(6.571)	(285.842)	(201.314)
Perda/recuperação de valores ativos	177	-	176	(416)
Outros custos	-	(331)	(3.037)	(626)
Valor adicionado bruto	(18.580)	(6.902)	854.592	643.147
Retenções	(5.416)	(5.519)	(228.933)	(172.525)
Depreciação e amortização	(5.416)	(5.519)	(228.933)	(172.525)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(23.996)	(12.421)	625.659	470.622
Valor adicionado recebido em transferência	129.911	58.262	189.352	118.814
Resultado de equivalência patrimonial	41.947	(24.536)	-	-
Receitas financeiras	87.964	82.798	189.352	118.814
Valor adicionado total a distribuir	105.915	45.841	815.011	589.436
Distribuição do valor adicionado	105.915	45.841	815.011	589.436
Pessoal e encargos	27.534	16.383	254.345	184.198
Remuneração direta	23.974	14.727	183.202	109.186
Benefícios	2.261	979	48.633	37.855
FGTS	1.299	677	12.061	10.488
Outros	-	-	10.449	26.669
Impostos, taxas e contribuições	9.353	3.189	181.759	94.597
Federais	9.189	3.109	137.415	58.384
Estaduais	164	23	3.057	2.623
Municipais	-	57	41.287	33.590
Remuneração capital de terceiros	44.444	85.872	355.613	370.268
Juros	42.322	83.735	166.191	319.597
Aluguéis	2.122	2.137	3.872	3.217
Outras	-	-	185.550	47.454
Remuneração de capital próprio	24.584	(59.603)	23.294	(59.627)
Lucros retidos/prejuízo do exercício	24.584	(59.603)	24.584	(59.603)
Participação minoritária	-	-	(6.559)	(24)
Outras	-	-	5.269	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ("Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, 30º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de "sociedade anônima". A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como objeto social a participação em outras sociedades, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

Empresas controladas e controladas em conjunto	Participação no capital total (%)	Participação no capital total (%)
	2012	2011
Rodovias		
Linha Amarela S.A. - LAMSA	99,99	99,99
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN	91,49	91,49
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART	99,99	99,99
Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN	50,00	50,00
Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT	24,91	24,91
Concessionária Rota do Atlântico - CRA	50,00	50,00
Linea Amarilla Brasil Participações S.A. - LAMBRA	99,99	-
Linea Amarilla S.A.C - LAMSAC	99,99	-
Concessionária TransOlimpica S.A. - CTO	33,34	-
PEX S.A. - PEX	99,99	-
Mobilidade Urbana		
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO	99,99	99,99
Aeroportos		
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRU PAR	90,00	-
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU	(*) 45,90	-

(* Refere-se à participação final da Invepar na controlada. Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. possui 51% de participação na Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 26 de março de 2013.

2. Políticas contábeis

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e a aplicação do método de equivalência patrimonial, que para fins de *International Financial Reporting Standards - IFRS* seria por custo ou valor justo.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras da INVEPAR e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa, pelo menos, anualmente suas estimativas e premissas.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, com exceção da controlada Línea Amarilla S.A.C - LAMSAC, localizada no Peru cuja moeda funcional é o Novo Sol.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta revisão não deverá ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo.

- IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011). Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Os efeitos esperados estão divulgados abaixo, na análise do IFRS 9 e IFRS 10.

- IAS 32 - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32. Estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações do Grupo, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

- IFRS 1 - Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e remoção de datas fixas para primeira adoção (Revisão). O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre o Grupo.

- IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Divulgação — exigências maiores para divulgação de desconhecimentos. A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras do Grupo entenda a relação entre os ativos que não foram desconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. O Grupo não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em decasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas" e IFRS 11 "Empreendimentos Conjuntos". O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27. Esta norma entra em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

- O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto ("ECC") com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entra em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e deverá ser aplicada retrospectivamente aos ECC mantidos na data da aplicação inicial.

A aplicação destas normas terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia. Estimamos eliminar a consolidação proporcional da CBN, CRA e CTO. Os investimentos nas investidas serão contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Estima-se que o impacto no exercício corrente (que corresponderá ao período comparativo nas demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2013), deverá ser como uma redução na receita líquida de aproximadamente R\$ 220.300. O total do passivo será reduzido em aproximadamente R\$ 284.400. Não há impacto no resultado líquido.

- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação das informações.

- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação das informações.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.1. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a INVEPAR, suas controladas e controladas em conjunto, nas quais as participações da INVEPAR estão compostas como segue:

	% de participação da INVEPAR				
	Votante	Total		Votante	Total
		2012	2011		
LAMSA	99,99	99,99	99,99	99,99	
CLN	99,99	91,49	99,99	91,49	
CART	99,99	99,99	99,99	99,99	
METRÔRIO	99,99	99,99	99,99	99,99	
CBN	50,00	50,00	50,00	50,00	
CRT	36,88	24,91	36,88	24,91	
CRA	50,00	50,00	50,00	50,00	
LAMBRA	99,99	99,99	-	-	
GRU PAR	90,00	90,00	-	-	
CTO	33,34	33,34	-	-	
PEX	99,99	99,99	-	-	

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.



Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras das controladas em conjunto CBN, CRT, CRA e CTO foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da controlada LAMBRA foram consolidadas utilizando-se os métodos de conversão previstos no *CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis* (IAS 21).

As demais controladas foram consolidadas somando-se integralmente as contas de ativo, passivo e resultado, destacando-se a participação dos acionistas não controladores, quando aplicável.

A consolidação é feita a partir da data de aquisição de cada investida e tem como principais procedimentos: (i) a eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas; (ii) a eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; e (iii) a discriminação dos impactos pela mera conversão cambial das informações financeiras no Patrimônio Líquido.

Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

2.2. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimentos em concessões rodoviárias, aeroportuária e metroviária, e que tais concessões são alcançadas pela ICPC 01(R1) – Contrato de Concessão, (IFRIC 12) está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

As margens de construção são calculadas por empresa, de acordo com a particularidade de cada negócio, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária de cada concessionária e os custos incorridos pelas empresas com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 – Contratos de Concessão.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas no Brasil, definido pela Administração da Companhia, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) (IAS 21).

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ativos e passivos da controlada no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média do câmbio no mês das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. Quando da alienação da controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

2.6. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.7. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 - Investimento em coligada e controlada, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Companhia avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da

investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

2.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.9. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão das controladas CART, METRÓRIO, GRU, VPR, CTO, LAMSA, CLN, CBN, CRT e CRA e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01 (R1) (IFRIC 12).

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2012 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.12. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas operacionais	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65% ou 1,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00% ou 7,6%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% ou 5,00% (*)	-

(*) A alíquota de Impostos Sobre Serviços é de 2,00% para transporte de passageiros e receitas tarifárias do aeroporto e 5,00% para operação de rodovias e receitas não tarifárias do aeroporto.

A Companhia e suas controladas adotam o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos ativos das controladas são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de apuração e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro (IAS 12), levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.13. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído

aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia identificou os seguintes ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente: (i) concessões de serviços públicos e (ii) provisão para manutenção. As taxas de juros implícitas entre 4,8% a.a. e 10% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para manutenção

As controladas provisionam, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 17).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.17. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. O Grupo determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:



Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
 - O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.
- Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do Grupo, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para o Grupo. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos e debêntures.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.18. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. As informações por segmento estão apresentadas na nota explicativa 11.

2.19. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.20. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.21. Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes (imóveis) mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os ativos são classificados como mantidos para venda se seus valores forem recuperados por meio de uma transação de venda. Essa condição é cumprida apenas quando a venda for altamente provável e os ativos estiverem disponíveis para venda imediata em sua condição atual. Em 2011 a Administração realizou a venda dos imóveis que estavam mantidos para venda.

2.22. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

As controladas contabilizam os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

3. Contratos de concessão

As controladas LAMSA, CLN, CART, METRÔRIO, LAMBRA e GRU e as controladas em conjunto CBN, CRT, CRA e CTO são empresas que detêm contratos de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01 (R1). Segue abaixo um breve descritivo de cada contrato:

a) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi iniciado em janeiro de 1998, com prazo de 25 anos, sendo a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-E.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam à PCRJ todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração da via expressa.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente à melhoria da fluidez viária.

Como contrapartida destes investimentos que serão realizados pela LAMSA, a PCRJ prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos e reajustará a tarifa de pedágio em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre 2012 e 2015.

Não houve alterações significativas no contrato de concessão ao longo dos exercícios 2011 e 2012.

b) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000, com prazo de 25 anos para a sua exploração por

meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão prevê o reajuste anual da tarifa de pedágio com base em fórmula paramétrica baseada na variação dos índices IT, IP, IOAE, INCC, IC e IGPM, calculados pela Fundação Getúlio Vargas.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Entretanto, a CLN terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução não conste no contrato de concessão e tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA. No aditivo foi determinado o aumento do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Em virtude da abertura de "rotas de fuga" por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, a CLN enfrentou uma considerável queda em suas receitas operacionais.

Em novembro de 2011, a referida "rota de fuga" foi fechada em virtude da decisão da 5ª vara da fazenda pública do Estado da Bahia, sendo reaberta em dezembro pela 5ª vara que acatou o recurso da prefeitura municipal de Camaçari.

Em 26 de janeiro de 2012, a "rota de fuga" voltou a ser fechada por decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia. Até a data de conclusão destas demonstrações financeiras a "rota de fuga" permanecia fechada.

Não houve alterações significativas no contrato de concessão ao longo dos exercícios 2011 e 2012.

c) CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART detém o direito de operar e explorar, através de cobrança de pedágio, a concessão outorgada em 16 de março de 2009 pelo estado de São Paulo, representado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo - ARTESP, das rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, com prazo de 30 anos, cotados a partir do início das operações, ocorrido em 17 de março de 2009.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustadas anualmente, com data base no mês de julho, pela variação do IPCA do período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

Como contrapartida à concessão outorgada pela ARTESP à CART, foi paga outorga fixa de R\$668.901 e serão realizados investimentos da ordem de R\$2.250.281 para ampliação da rodovia, construção de postos de pesagem, trevos, alças, passarelas, instalação de postos de serviços de atendimento aos usuários, entre outras melhorias.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A CART terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente, e ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Não houve alterações significativas no contrato de concessão ao longo dos exercícios 2011 e 2012.

d) METRÔRIO

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da venda de passagens, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o METRÔRIO e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o METRÔRIO faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O METRÔRIO é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao METRÔRIO a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do METRÔRIO zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o METRÔRIO firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo METRÔRIO, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte. O Contrato determinava e o Aditivo manteve o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O METRÔRIO terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

Não houve alterações significativas no contrato de concessão ao longo dos exercícios 2011 e 2012.

e) LAMBRA

A Linha Amarela S.A.C. - LAMSAC, que o Grupo Invepar detém o controle através da Linha Amarela Brasil Participações S.A. - LAMBRA, detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela. O contrato de concessão foi assinado em 12 de novembro de 2009 e tem prazo de 30 anos, sendo outorgado pela *Municipalidad Metropolitana de Lima*, Peru. Nos termos do contrato o prazo de concessão poderá ser renovado por períodos adicionais de até 5 anos e que não excedam a um prazo máximo de 60 anos, desde que não tenham sido aplicadas à LAMSAC, pelo poder concedente, penalidades em valor superior a US\$ 20.000 mil e que a LAMSAC assumia novos compromissos de infraestrutura.

Nos termos do contrato a LAMSAC deverá construir, manter e operar a infraestrutura rodoviária do projeto denominado Linha Amarela, com direito a cobrança da tarifa de pedágio no prazo da concessão.

Nos termos do contrato de concessão a LAMSAC, deverá: retornar ao poder concedente os bens reversíveis, após o término do contrato de concessão; Explorar e manter a seção 1 do projeto linha amarela; Construir e explorar a seção 2 do projeto Linha Amarela; e Construir em até 24 meses após conclusão das obras da seção 2 do projeto Linha Amarela um corredor para tráfego de ônibus urbanos nas áreas da seção 1 do projeto. Estas obras serão transmitidas ao poder concedente depois de concluídas e a Companhia não receberá nenhuma contrapartida.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, são contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária.

Não houve alterações significativas no contrato de concessão ao longo dos exercícios 2011 e 2012.



f) GRU
A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - "GRU", que o Grupo Invepar detém o controle através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GRU PAR", detém contrato de operação e exploração do Aeroporto Internacional de Guarulhos na cidade de mesmo nome no estado de São Paulo. O contrato de concessão foi assinado em 14 de junho de 2012 e tem prazo de vigência de 20 anos, sendo outorgado pela Agência Nacional de Aviação Civil. Nos termos do contrato o prazo de concessão poderá ser prorrogado por período adicional de até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de Revisão Extraordinária.

O objeto do contrato é a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário. A remuneração da concessionária será composta de receitas tarifárias e não-tarifárias, pagas pelos usuários dos serviços sem nenhuma garantia ou pagamento mínimo efetuado pelo poder concedente.

A participação direta da INVEPAR no negócio corresponde a 45,9%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico formado pela seguinte composição acionária: INVEPAR com 90% e ACSA com 10%. Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, são contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária.

O início das operações aeroportuárias pela concessionária teve início em 15 de novembro de 2012. Não houve alteração no contrato desde sua assinatura até a data das demonstrações financeiras.

g) CBN
A Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, trechos das rodovias BA 093, BA 512, BA 521, BA 524, BA 526 e BA 535, sistema rodoviário Bahia Norte, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pela AGERBA em 17 de agosto de 2010.

O contrato de concessão tem duração de 25 anos, contados a partir da data da assunção, e a tarifa será reajustada anualmente pelo IPCA. Durante a vigência do contrato estão previstos investimentos da ordem de R\$ 805.000 para ampliação da capacidade de tráfego, implantação de acostamentos, construção de passarelas e adequação de paradas em trechos urbanos, entre outras melhorias.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Não houve alterações significativas no contrato de concessão ao longo dos exercícios 2011 e 2012.

h) CRT
A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de explorar mediante cobrança de pedágio, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 199.963.

Em 27 de agosto de 2012 foi assinado quarto aditivo ao contrato de concessão, com a adoção do fluxo de caixa marginal para as novas obras (não previstas no PER), além do IPCA em substituição a fórmula paramétrica.

Não houve alterações significativas no contrato de concessão ao longo dos exercícios 2011 e 2012.

g) CBA
A Concessionária Rota do Atlântico S.A. detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes o Complexo Viário e Logístico de SUAPE - Express Way, promovendo o desenvolvimento e a implementação de soluções de integração entre o Porto de SUAPE e as indústrias e acessos rodoviários nele situados. No contrato de concessão estão previstos investimentos da ordem de R\$ 300.000 ao longo dos 35 anos de concessão.

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Não houve alterações significativas no contrato de concessão ao longo dos exercícios 2011 e 2012.

j) CTO
A Concessionária TransOlimpica S.A. detém o direito de operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes o sistema rodoviário objeto da Concessão, composto pelo trecho a ser construído ligando a Avenida Brasil, no seu entroncamento com a Avenida da Equitação, em Magalhães Bastos, e se estendendo até a Estrada dos Bandeirantes, no seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, em Curicica, incluindo seus acessos e faixas de domínio, edificações, terrenos, benfeitorias e ampliações a serem nele efetuadas.

O objeto do Contrato é a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de operação, manutenção, monitoramento e realização de melhorias da Ligação TransOlimpica nas condições estabelecidas no Contrato, segundo os parâmetros de desempenho e as especificações mínimas estabelecidas no PEC - Programa de Exploração da Concessão. O prazo da concessão será de 35 anos, podendo ser estendido para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A concessionária é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, recebimento de subsídios e receitas extraordinárias de atividades relacionadas à concessão. A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato.

O contrato de concessão prevê o pagamento do ativo financeiro pelo Poder Concedente para à Concessionária, valores estes despendidos para a realização das obras de implantação da Ligação TransOlimpica. Os custos com obras e intervenções nos bens de poder público, previstos no contrato de concessão, são contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela concessionária. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração da via expressa. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. Não houve alteração no contrato de concessão desde sua assinatura.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	8.209	4.566	156.479	19.396
Caixa e bancos				
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Bancário CDB	482.262	176.001	751.568	185.340
Operações compromissadas	-	40.013	120.563	61.326
Outros	-	-	905	252

Total de caixa e equivalentes de caixa				
	2012	2011	2012	2011
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Bancário CDB	-	-	165.817	55.033
Letras financeiras do tesouro (a)	-	-	97.001	-
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional (a)	-	-	43.041	-
Fundo cambial (a)	-	-	-	239.036
Operações compromissadas	-	-	107.509	-
Fundos não exclusivos de investimento de renda	53.051	-	64.807	-
Fideicomiso	-	-	219.422	-
Outros	-	-	-	17.860
Total de aplicações financeiras	53.051	-	697.597	311.929
	543.522	220.580	1.727.112	578.243

Total de aplicações financeiras				
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	543.522	220.580	1.029.515	266.314
Aplicação financeira	-	-	444.906	277.320
Não circulante				
Aplicação financeira	-	-	252.691	34.609

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido da controlada MetrôRio junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim; e consequentemente não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia. Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

O Grupo tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 90% a 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em sua grande maioria, com liquidez imediata.

As aplicações financeiras bloqueadas ou em garantias referem-se a aplicações das controladas METRÔRIO e LAMSA, as quais estão ou bloqueadas judicialmente ou são garantias de empréstimos ou estão atreladas ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão e por isso não são consideradas equivalentes de caixa.

5. Contas a receber

	Consolidado	
	2012	2011
Ativo circulante		
Aeronaves (a)	63.144	-
Armazenagem (a)	9.565	-
Cessão de espaço (a)	60.926	-
Valores a receber de pedágio (b)	28.848	25.101
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (c)	4.487	3.799
Valores a receber de bilhetes (d)	1.030	4.110
Outros	720	74
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.948)	(1.267)
Total	164.772	31.817

Ativo não circulante		
	2012	2011
Governo Estadual (e)	5.445	4.365
Total	5.445	4.365

(a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação e receitas não tarifárias como contratos comerciais de locação e terminal de cargas.

(b) Receita de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas LAMSA, CART, CBN, CLN e CRT. O prazo médio de recebimento desses valores é de aproximadamente 30 dias.

(c) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios) da controlada METRÔRIO.

(d) Receita em custódia da transportadora de valores.

(e) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÔRIO.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa		
	2012	2011
Saldo no início do período	(1.267)	(3.641)
Adições	(6.622)	(514)
Reversões	3.941	2.888
Saldo no fim do período	(3.948)	(1.267)

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor	Saldo vencido, mas sem perda por redução ao valor recuperável					
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 dias	
2012	174.165	164.401	414	124	351	486	8.389
2011	36.819	30.666	640	407	177	153	4.776

6. Estoques

	Consolidado	
	2012	2011
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	11.561	8.578
Adiantamento a fornecedores	369	3.540
Importações em andamento	4.555	1.388
Outros	134	29
Total	16.619	13.535

a) Composição

	Controladora						
	Parte relacionada	Transação	Relação	2012			
				Ativo	Não Passivo	Resultado	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas (Despesas)
LAMSA	Nota de débito	Controlada	1.674	-	136	-	7.714 (304)
CART	Nota de débito	Controlada	440	-	70	-	5.504 -
CBN	Diversos	Controlada	-	-	14	-	- -
CLN	JCP/Nota de débito	Controlada	6	1.244	-	-	3.187 -
METRÔRIO	Nota de débito	Controlada	2.451	-	400	-	50.420 -
LAMBRA	Nota de débito	Controlada	1.135	-	-	-	- -
CRA	Diversos	Controlada	10	-	-	-	75 -
GRU	Nota de débito	Controlada	14.713	-	-	-	- -
			20.429	1.244	620	-	66.900 (304)

7. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
a) Impostos a recuperar				
Imposto de renda e contribuição social	21.327	9.109	41.869	21.503
PIS e COFINS	104	129	184	209
ISS	-	-	393	126
IRRF	-	-	6.175	1.508
Outros	-	-	236	1.394
Circulante	21.431	9.238	48.857	24.740
Imposto de renda e contribuição social	-	1.443	5.020	1.444
Não circulante	-	1.443	5.020	1.443

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia e de suas controladas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (consolidado)
As controladas CART, METRÔRIO, LAMSA, GRU, CTO e LAMSAC, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	Consolidado	
	2012	2011
Prejuízo fiscal	180.500	75.811
Base negativa	61.731	27.472
Excesso amortização outorgas	(66.324)	21.980
Outros	(14.683)	10.039
	161.224	135.302

A Administração da Companhia e das controladas METRÔRIO, CART, LAMSA, GRU, CTO e LAMSAC consideram que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

2013	3.227
2014	3.454
2015	13.237
2016	28.821
2017 em diante	112.485
	161.224

c) Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social	-	-	20.878	20.442
PIS e COFINS	251	86	11.068	4.092
ISS	-	41	8.586	4.161
ICMS	-	-	378	34
IRRF	821	382	5.344	2.282
Taxa Agetransp	-	-	907	492
INSS s/ terceiros	22	261	2.154	1.470
Outros	144	150	1.083	1.367
Circulante	1.238	920	50.398	34.340
PIS e COFINS	-	-	205	1.930
Não circulante	-	-	205	1.930

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do período
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2012	2011
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	55.735	(70.010)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(18.950)	23.803
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício:		
Adições permanentes	(13.637)	(3.788)
Exclusões permanentes	3.377	2.303
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(8.500)	(11.935)
Total dos impostos no resultado	(37.710)	10.383

8. Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas sociedades para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes e aprovados pelos órgãos da administração.



Controladora

Parte relacionada	Transação	Relação	2011				Resultado
			Ativo		Passivo		
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	- (20.762)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	- (20.762)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	- (20.762)
LAMSA	Notas de débito	Controlada	-	-	-	-	3.882 -
CART	Notas de débito	Controlada	-	-	-	-	3.881 -
CLN	JCP/Nota de débito	Controlada	-	1.244	-	-	1.090 -
METRÔRIO	Debêntures	Controlada	38.415	498.712	-	-	84.319 -
CRA	Dividendos	Controlada	-	-	-	-	-
Consolidado			38.415	499.956	70.689	332.475	93.172 (62.286)

Consolidado

Parte relacionada	Transação	Relação	2012				Resultado
			Ativo		Passivo		
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Construtora OAS Ltda.	Adiantamento/intangível	Acionista direto	93.174	156.706	43.516	-	- (171.512)
Consolidado			93.174	156.706	43.516	-	- (171.512)

Consolidado

Parte relacionada	Transação	Relação	2011				Resultado
			Ativo		Passivo		
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
OAS Eng. e Part S.A.	Adiantamento/intangível	Acionista indireto	2.401	-	-	-	- (166.998)
Construtora OAS Ltda.	Adiantamento	Acionista direto	12.413	9.292	12.505	-	- (86.996)
PREVI	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	- (20.762)
PETROS	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	- (20.762)
FUNCEF	Debêntures	Acionista direto	-	-	23.563	110.825	- (20.762)
Consolidado			14.814	9.292	83.194	332.475	- (316.280)

b) Sumário das transações entre partes relacionadas

i. O MetrôRio firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da futura estação metrôviária Uruguai. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente. O valor dos serviços em 31 de dezembro de 2012 somam R\$70.073.

ii. Em 31 de maio de 2010, a LAMSA adiantou o montante de R\$ 20.089 à Construtora OAS Ltda., para a execução de obras civis e melhorias na via, referente ao 11º termo aditivo do contrato de concessão. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 2 anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$ 211.412, devendo os pagamentos serem realizados mensalmente, abatendo do valor adiantado. Em 31 de dezembro de 2012, o valor adiantado foi totalmente compensado.

iii. Em 15 de março de 2010 o MetrôRio efetuou emissão privada de debêntures, que foram integralmente subscritas pela Invepar. Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, foram liquidadas as debêntures e o montante correspondente foi aplicado no aumento do capital social do MetrôRio, no valor de R\$ 514.160, tudo conforme previsto na Escritura de Emissão e nos termos do artigo 166, inciso III da Lei das Sociedades por Ações.

iv. Em 06 de janeiro de 2012, a CART firmou contrato de mútuo com a Invepar no montante de R\$30.000. Este contrato possuía o vencimento em 30 dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados pro rata die. Em 16 de fevereiro de 2012 essa operação foi liquidada.

v. Em 05 de março de 2012, o MetrôRio firmou contrato de mútuo com a Invepar no montante de R\$100.000. Este contrato possuía o vencimento em treze dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados pro rata die. O contrato foi totalmente quitado em 01 de junho de 2012.

vi. Em 21 de junho de 2012, a controlada CRA contratou junto a seus acionistas, OTP e Invepar, contrato de mútuo no montante de R\$ 30.000,00, igualmente divididos entre sócias, R\$ 15.000,00 cada uma, que será sacado em parcelas a critério exclusivo da CRA. O prazo de vencimento do saldo total do contrato terminará em 12 de setembro de 2012, que será corrigido pelo CDI + 0,20% a.m. Os saldos referentes a este mútuo foram totalmente quitados.

9. Investimentos

a) Controladora

As participações em controladas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Investida	Participação %	Quantidade de ações em 2012		Saldos em 2011		Dividendos e JCP	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Aquisição/amortização	Saldos em 2012
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos	Integralização					
LAMSA	99,99	51.927.409	103.854.827	116.332	-	(72.490)	92.452	-	-	136.294
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	45.672	-	-	4.344	-	-	49.760
CART	99,99	513.484.978	513.484.978	518.021	90.000	-	(40.567)	-	(202)	567.252
METRÔRIO	99,99	1.446.898.779	-	650.989	594.161	-	530	-	-	1.245.680
CBN	50,00	45.000.000	-	28.006	6.000	-	(795)	-	-	33.211
CRT	24,91	17.992	3.546	64.784	-	(6.515)	12.051	-	(4.346)	65.974
CRA	50,00	30.000.000	-	29.986	-	-	(4.294)	-	-	25.692
LAMBRA	99,99	143.641.521	-	-	898.534	-	(9.353)	34.945	-	924.126
GRUPAR	90,00	16.849.896.819	-	-	168.508	-	(11.637)	-	-	156.871
CTO	33,34	13.926.118	-	-	16.427	-	(760)	-	-	15.667
PEX	99,99	1.350.000	-	-	1.350	-	(26)	-	-	1.324
				1.453.534	1.774.980	(79.005)	41.945	34.945	(4.548)	3.221.851

(a) As informações sobre transações com partes relacionadas e aquisição de novos investimentos estão detalhadas nas notas explicativas 8 e 12, respectivamente.

(b) Um sumário das operações e atividades das investidas está incluído na nota explicativa 3.

Investida	Participação %	Quantidade de ações em 2011		Saldos em 2010		Dividendos e JCP	Equivalência patrimonial	Aquisição/amortização	Saldos em 2011
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos	Integralização				
LAMSA	99,99	51.927.403	103.854.827	108.593	-	(76.637)	84.376	-	116.332
CLN	91,49	10.463.004	18.257.592	45.672	-	-	(256)	-	45.416
CART	99,99	434.691.946	434.691.947	436.655	113.000	-	(31.450)	(184)	518.021
METRÔRIO	99,99	758.115.145	-	652.874	80.000	-	(81.885)	-	650.989
CBN	50,00	38.999.996	-	30.023	4.000	-	(6.017)	-	28.006
CRT	24,91	17.992	3.546	16.709	-	(5.058)	10.710	42.423	64.784
CRA	50,00	30.000.000	-	-	30.000	-	(14)	-	29.986
				1.290.526	227.000	(81.695)	(24.536)	42.239	1.453.534
Ágio CRT				47.463	-	-	-	(47.463)	-
				1.337.989	227.000	(81.695)	(24.536)	(5.224)	1.453.534

a.1) Outras informações sobre as controladas

	LAMSA		CLN		CART		METRÔRIO		LAMBRA	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Ativo	574.370	335.921	95.135	94.626	1.942.186	1.451.270	2.595.467	2.540.443	948.940	-
Passivo	438.076	219.589	40.752	44.991	1.380.221	938.738	1.349.788	1.889.454	700.714	-
Patrimônio líquido	136.294	116.332	54.383	49.635	561.965	512.532	1.245.679	650.989	248.226	-
Capital social	54.118	54.118	31.394	48.564	715.000	625.000	1.344.160	750.000	213.842	-
Resultado do exercício	92.452	84.375	4.747	(280)	(40.567)	(31.450)	530	(81.855)	(9.353)	-
CBN (*) CRT (*) CRA (*) GRU (*) CTO (*)										
Ativo	473.714	320.252	199.852	170.142	121.371	61.304	12.747.593	-	116.596	-
Passivo	407.290	264.239	90.580	83.084	69.987	1.333	12.405.831	-	69.602	-
Patrimônio líquido	66.424	4	109.272	87.058	51.384	59.971	341.762	-	46.994	-
Capital social	90.000	78.000	54.400	45.700	60.000	60.000	543.315	-	49.270	-
Resultado do exercício	(1.590)	(21.030)	48.379	42.998	(8.587)	27	(11.570)	-	(2.276)	-
PEX METROBARRA										
Ativo	1.324	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	1.324	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	1.350	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	(26)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) As informações acima de cada Companhia não levam em consideração o percentual de participação da INVEPAR.

b) MetrôRio

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 185.486 (R\$ 393.864 em 31 de dezembro de 2011). A Administração da controlada MetrôRio entende que, a partir dos investimentos que estão sendo efetuados para a expansão do sistema metrôviário, construção da estação Uruguai, já iniciada, aquisições de 19 novas composições (114 carros metrô), já entregues, e a modernização das operações, certamente haverá um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a geração de caixa operacional e permitirá o pagamento dos passivos.

Adicionalmente, a Administração da Companhia e da controlada MetrôRio têm atuado ativamente na avaliação e substituição das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a Companhia efetuará o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da Companhia.

b.1) Aportes de capital

Em 11 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada MetrôRio R\$ 55.000, representados por 59.288.448 ações ordinárias, sendo (i) R\$ 35.000 por meio de aporte e (ii) R\$ 20.000 da integralização do AFAC realizado em 27 de março de 2009.

Em 28 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e aportou na controlada MetrôRio R\$ 15.000, representados por 16.296.165 ações ordinárias.

Em 15 de julho de 2011, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada MetrôRio R\$ 30.000 representados por 32.530.532 ações ordinárias.

Em 02 de março de 2012, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada MetrôRio R\$ 80.000, mediante a emissão de 90.014.070 ações ordinárias, ao valor de R\$ 0,888749946 (valor em reais) por ação.

Em 29 de junho de 2012, a INVEPAR integralizou R\$ 514.160, mediante a emissão de 598.769.564 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

c) CART

Em 31 de dezembro de 2012, a CART apresenta capital circulante positivo de R\$ 308.001 (capital circulante negativo de R\$ 34.866 em 31 de dezembro de 2011).

c.1) Aportes de capital

Em 28 de março de 2011 a INVEPAR subscreveu e aportou na controlada CART R\$ 25.000, representados por 19.871.297 ações ordinárias e 19.871.297 ações preferenciais.

Em 29 de junho de 2011, a Invepar subscreveu na CART o montante de R\$ 17.000, mediante a emissão de 13.836.879 ações ordinárias e 13.836.879 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Tal montante foi totalmente integralizado nesta mesma data, à vista, com crédito dos recursos em conta corrente bancária da CART.

Em 15 de julho de 2011, a INVEPAR subscreveu e integralizou na controlada CART R\$ 39.000, representados por 31.743.657 ações ordinárias e 31.743.657 ações preferenciais.

Em 21 de dezembro de 2011, a Invepar subscreveu e integralizou na CART R\$ 32.000, mediante emissão de 26.573.362 ações ordinárias e 26.573.362 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de abril de 2012 a Invepar subscreveu e integralizou na CART R\$ 55.000, mediante emissão de 481.338.902 ações ordinárias e 481.338.902 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, os quais foram subscrito e integralizados em 17 de julho de 2012.

Em 31 de agosto de 2012, a Invepar subscreveu na CART o montante de R\$ 35.000, mediante a emissão de 32.146.076 ações ordinárias e 32.146.076 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralizado em 28 de setembro de 2012.

d) LAMSA

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada LAMSA apresenta capital circulante líquido no montante de R\$ 34.662 (capital circulante negativo de R\$ 198.649 em 31 de dezembro de 2011), devido ao alto investimento assumido em 2010, conforme o 11º aditivo do contrato de concessão (R\$ 254.000) e a não estruturação completa de suas fontes de financiamento, o que já vem sendo trabalhado pela administração da Companhia que visa alongar o perfil da dívida. Com o 11º aditivo, a controlada LAMSA estendeu o prazo da concessão por 15 anos, prazo em que irá recuperar o investimento.

e) CBN

Em 01 de novembro de 2011, a Invepar subscreveu e integralizou na CBN o montante de R\$ 4.000, mediante a emissão de 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1 (um real), integralizadas em moeda corrente do país.

Em 8 de maio 2012, a Invepar subscreveu e integralizou na CBN o montante de R\$ 2.000 mediante a emissão de 2.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1 (um real), integralizadas em moeda corrente do país. A subscrição e integralização das ações ocorreram de forma proporcional à participação de cada acionista.

f) CRT

O capital circulante líquido (CCL) em 31 de dezembro de 2012 foi negativo em R\$ 4.151 (R\$ 9.592 em 31 de dezembro de 2011) em função dos impactos financeiros, decorrentes do sinistro ocorrido em janeiro de 2011, motivado pelas fortes chuvas que se abateram na região serrana do Rio de Janeiro. A renovação da apólice de seguro da rodovia foi onerada pelas condições adversas. A Companhia recebeu em dezembro de 2012 a indenização pelo sinistro ocorrido em 2011.

A CRT está estudando junto ao mercado opções de financiamento de longo prazo para obras, que por ventura, não venham a ser cobertas pelo seguro, uma vez que os danos estimados preliminarmente superam o valor da apólice. A CRT poderá reduzir temporariamente seu fluxo de dividendos e remuneração das debêntures de sua emissão para atender eventuais necessidades de caixa decorrentes da regulação do sinistro citado acima. A indenização do seguro foi realizada em dezembro de 2012.

g) CRA

g.1) Proposta vencedora

Em 14 de abril de 2011, o Consórcio SUAPE Rodovias, integrado pela INVEPAR e pela Odebrecht Transport Participações S.A., em iguais participações, apresentou proposta vencedora da licitação promovida pelo Governo do Estado de Pernambuco, nos termos do Edital de Concessão nº 001/2010, para a operação, manutenção e exploração, por meio da cobrança de pedágio do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - Express Way, promovendo o desenvolvimento e implementação de soluções de integração entre o Porto de SUAPE e as indústrias e acessos rodoviários nele situados, onde ocorrerão investimentos da ordem de R\$ 300.000 ao longo dos 35 anos de concessão.

g.2) Aportes de capital

Em 10 de junho de 2011 e 14 de julho de 2011 a INVEPAR aportou os montantes de R\$ 3.000 e R\$ 27.000, respectivamente, na CRA. Em 18 de julho de 2011, CRA assinou o contrato da Concessão com o poder concedente.

h) GRUPAR

h.1) Proposta vencedora

Em 06 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - "GRU" da qual o Consórcio INVEPAR - ACSA, através da Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - "GR



Em 21 de maio de 2012 a INVEPAR subscreveu e integralizou na GRUPAR 3.125.787.819 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, na proporção de sua participação na controlada, aumentando em R\$ 31.258.

Em 18 de setembro de 2012 a INVEPAR subscreveu e integralizou na GRUPAR 13.724.100 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, na proporção de sua participação na controlada, aumentando em R\$ 137.241.

i) LAMBRA

Em 21 de março de 2012, a Invepar passou a ser controladora da V.P.R. Brasil Participações S.A. ("VPR") com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS S.A. que era a única titular das ações representativas do patrimônio da VPR (Vide Nota 10). A Invepar herdou da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Linea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez, já havia adquirido o controle, ainda em 2010, da Linea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidade Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 6 de dezembro de 2012, a INVEPAR subscreveu e integralizou na LAMBRA 70.200.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, aumentando sua participação em R\$ 70.200.

j) CTO

j.1) Proposta vencedora

Em 20 de abril de 2012 foi constituída a Concessionária TransOlimpica S.A. que será a empresa responsável pela implantação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, e realização de melhorias do corredor viário expresso denominado Ligação TransOlimpica, que ligará as regiões da Avenida Brasil, em Magalhães Bastos, à Avenida Salvador Allende, em Jacarepaguá, estando sua implantação prevista no Plano Olímpico da Rio 2016, pois fará conexão entre os centros olímpicos da Barra da Tijuca e de Deodoro.

Em 26 de abril de 2012, foi celebrado o Contrato de Concessão da Ligação TransOlimpica entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro na qualidade de Poder Concedente e a Concessionária TransOlimpica S.A., nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 44/2011 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

j.2) Aportes de capital

Em 20 de abril de 2012 a INVEPAR subscreveu o montante de R\$ 4.001 na forma de 4.000.800 ações ordinárias, na proporção de sua participação na controlada em conjunto, integralizando imediatamente 10% deste valor.

Em 5 de junho de 2012 a INVEPAR subscreveu e integralizou o montante de R\$ 6.925 na forma de 6.924.718 ações ordinárias, na proporção de sua participação na controlada em conjunto, totalizando R\$ 10.926.

Em 31 de agosto de 2012 a INVEPAR subscreveu e integralizou o montante de R\$ 3.001 na forma de 3.000.600 ações ordinárias, na proporção de sua participação na controlada em conjunto, totalizando R\$ 9.000.

Em 14 de dezembro de 2012, a INVEPAR subscreveu 8.668.400 ações ordinárias, com valor correspondentes a R\$ 8.664 e integralizou 2.500.500 ações em moeda corrente nacional, correspondente a R\$ 2.500.

k) PEX

Em 6 de julho de 2012 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a PEX S.A. com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

A nova empresa tem como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações.

No ato de sua constituição, a INVEPAR subscreveu R\$ 1.350 como seu capital social inicial, na forma de 1.350.000 ações ordinárias, tendo sido integralizados R\$ 135 na mesma data, e o restante no quarto trimestre de 2012. O prazo de duração da PEX S.A. é por período indeterminado.

10. Combinação de negócios

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012 os acionistas deliberaram a incorporação por parte da Invepar da VPR Brasil Participações S.A. ("VPR"), com a emissão de 17.429.354 novas ações ordinárias e 34.858.708 novas ações preferenciais.

A Invepar herdou da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Linea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), que por sua vez, já havia adquirido o controle, ainda em 2010, da Linea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC"), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 06 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidade Metropolitana de Lima, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Considerando o valor correspondente ao patrimônio líquido contábil da LAMBRA (R\$ 396.633 em 21 de março de 2012, data da incorporação da VPR (única acionista da Lambra) pela INVEPAR) e o valor justo de seus ativos e passivos na aplicação das disposições emanadas do Pronunciamento Técnico - CPC 15 - Combinação de negócios (IFRS 3) o montante de R\$ 432.539 foi alocado em direito de concessão, como assim concluiu o laudo de avaliação emitido por empresa especializada contratada para a mensuração do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

Com esta transação o Grupo dá início a sua internacionalização e aumenta seu portfólio de concessões rodoviárias. Desde a data da combinação de negócios a LAMBRA contribuiu para o Grupo com prejuízo antes dos impostos de R\$ 12.564.

Não há contraprestação contingente relacionada a esta combinação de negócios. Os custos relacionados a esta transação foram considerados imateriais para as demonstrações financeiras tomadas como um todo e foram reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

11. Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias; (ii) mobilidade urbana; (iii) aeroportos; e (iv) holding.

A Companhia possui relatórios gerenciais que permitem segregar de forma confiável as receitas, custos e resultados por empresa.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são as seguintes:

Receita líquida de serviços
Receita líquida de construção
Receita total
Custo de serviços prestados
Custo de construção
Lucro bruto
Despesas gerais e administrativas
Outras receitas (despesas) operacionais
Resultado antes das receitas e despesas financeiras
Receitas financeiras
Despesas financeiras
Resultado antes dos impostos
Imposto de renda e contribuição social
Correntes
Diferidos
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores
Atribuível aos acionistas não controladores
Resultado líquido do exercício
Informações suplementares
Depreciação e amortização
Investimento em controladas
Ativo total
Passivo – PL

Receita líquida de serviços
Receita líquida de construção
Receita total
Custo de serviços prestados
Custo de construção
Lucro bruto
Despesas gerais e administrativas
Outras receitas (despesas) operacionais
Resultado antes das receitas e despesas financeiras
Receitas financeiras
Despesas financeiras
Resultado antes dos impostos
Imposto de renda e contribuição social
Correntes
Diferidos
Resultado antes da participação dos acionistas não controladores
Atribuível aos acionistas não controladores
Resultado líquido do exercício
Informações suplementares
Depreciação e amortização
Investimento em controladas
Ativo total
Passivo – PL

12. Imobilizado (consolidado)

Custo

Etiquetas eletrônicas
Instalações
Máquinas e equipamentos
Móveis e utensílios
Veículos
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros
Equipamentos de informática
Peças sobressalentes*
Imobilizado em andamento
Adiantamento a fornecedores
Outros

Depreciação acumulada

Etiquetas eletrônicas
Instalações
Máquinas e equipamentos
Móveis e utensílios
Veículos
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros
Equipamentos de informática
Outros

Imobilizado líquido

*Peças de reposição que serão depreciadas quando aplicadas no ativo em questão

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %					Saldo em 2011
	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 2011	
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	6.326	178	-	-	6.504
Instalações	13,6	2.666	946	-	94	3.706
Máquinas e equipamentos	9,2	27.499	10.099	(1.324)	133	36.407
Móveis e utensílios	9,2	10.069	1.733	(40)	(278)	11.484
Veículos	19,1	7.422	2.078	(511)	-	8.989
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros	11,5	115.796	6.319	-	12.224	134.339
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	61.089	12.453	(414)	2.386	75.514
Equipamentos de informática	19,6	31.508	8.212	(67)	-	39.653
Peças sobressalentes		12.278	13.925	-	(14.096)	12.107
Imobilizado em andamento		21.121	241	-	(94)	21.268
Adiantamento a fornecedores		1.316	4.521	-	(369)	5.468
Outros		2.740	143	-	-	2.883
Total		299.830	60.848	(2.356)	-	358.322
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(5.838)	(149)	-	-	(5.987)
Instalações		(877)	(431)	-	-	(1.308)
Máquinas e equipamentos		(9.557)	(3.321)	97	14	(12.767)
Móveis e utensílios		(4.036)	(1.319)	22	-	(5.333)
Veículos		(3.774)	(2.894)	296	-	(6.372)
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros		(70.137)	(23.150)	-	-	(93.287)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(1.445)	(476)	291	-	(1.630)
Equipamentos de informática		(11.815)	(7.328)	17	-	(19.126)
Outros		(1.665)	(338)	-	(14)	(2.016)
Total		(109.144)	(39.406)	723	-	(147.826)
Imobilizado líquido		190.686	21.442	(1.633)	-	210.496

(* o saldo do ativo imobilizado da controladora e suas respectiva movimentação nos exercícios apresentados não são relevantes para demonstrações financeiras tomadas como um todo e por tal motivo não estão sendo divulgados detalhadamente em nota explicativa.

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias objetos dos contratos de concessão. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital externo, a companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 38.359 (R\$ 10.901 em 31 de dezembro 2011).

Adicionalmente, a Companhia não possui ativos dados em garantia, assim como leasing.

Os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos no encerramento de 31 de dezembro de 2012, não foi identificado a necessidade de reconhecimento de qualquer perda por conta de redução ao valor recuperável de ativos.

2012				
Mobilidade				
Rodovias	Urbana	Aeroportos	Holding	Consolidado
531.523	506.902	133.156	-	1.171.581
669.153	72.463	597.135	-	1.338.751
1.200.676	579.365	730.291	-	2.510.332
(228.677)	(323.142)	(92.303)	-	(644.122)
(665.652)	(70.982)	(580.362)	-	(1.316.996)
306.347	185.241	57.626	-	549.214
(104.024)	(81.996)	(84.164)	(59.004)	(329.188)
461	489	-	(38)	912
202.784	103.734	(26.538)	(59.042)	220.938
17.087	121.324	2.776	48.164	189.351
(129.831)	(180.384)	(733)	(43.606)	(354.554)
90.040	44.674	(24.495)	(54.484)	55.735
(40.744)	(158)	5.896	(2.704)	(37.110)
(46.285)	(5.408)	-	(2.704)	(54.397)
5.541	5.250	5.896	-	16.687
49.296	44.516	(18.599)	(57.188)	18.025
890	-	5.669	-	6.559
50.186	44.516	(12.930)	(57.188)	24.584
(82.634)	(93.014)	(47.869)	(5.416)	(228.933)
146	-	-	-	146
4.509.114	2.595.067	12.747.597	580.218	20.431.996
2.821.029	1.190.338	12.391.118	15.699	16.418.184

2011				
Mobilidade				
Rodovias	Urbana	Holding	Consolidado	
451.876	452.660	-	904.536	
488.496	81.199	-	569.695	
940.372	533.859	-	1.474.231	
(221.395)	(312.781)	-	(534.176)	
(476.834)	(78.603)	-	(555.437)	
242.143	142.475	-	384.618	
(79.914)	(88.326)	(34.130)	(202.370)	
913	(3.304)	-	(2.391)	
163.142	50.845	(34.130)	179.857	
13.245	102.472	3.097	118.814	
(10.577)	(184.369)	(83.735)	(368.681)	
75.233	(110.176)	(35.067)	(70.010)	
(17.907)	28.290	-	10.383	
(45.175)	-	-	(45.175)	
27.268	28.290	-	55.558	
57.326	(81.886)	(35.067)	(59.627)	
24	-	-	24	
57.350	(81.886)	(35.067)	(59.603)	
(66.893)	(100.113)	(5.519)	(172.525)	
146	-	-	146	
2.162.321	2.003.316	773.495	4.939.132	
1.355.557	1.352.327	545.782	3.253.666	

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %					Saldo em 2012
	Saldo em 2011	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 2012	
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	6.504	96	-	(1.222)	5.378
Instalações	13,6	3.706	252	(30)	126	4.054
Máquinas e equipamentos	9,2	36.407	10.473	(144)	95	46.831
Móveis e utensílios	9,2	11.484	2.713	(50)	73	14.220
Veículos	19,1	8.989	5.623	(576)	1.270	15.306
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros	11,5	134.339	8.035	(28)	9.442	151.788
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	75.514	16.626	-	2.209	94.349
Equipamentos de informática	19,6	39.653	9.258	(506)	41	48.446
Peças sobressalentes*		12.107	12.637	(204)	(11.632)	12.908
Imobilizado em andamento		21.268	27.003	(25)	(650)	47.596
Adiantamento a fornecedores		5.468	2.689	(5.718)	226	2.665
Outros		2.883	424	(2.250)	40	1.097
Total		358.322	95.829	(9.531)	18	444.638
Depreciação acumulada						
Etiquetas eletrônicas		(5.987)	(190)	611	609	(4.957)
Instalações		(1.308)	(523)	-	62	(1.769)
Máquinas e equipamentos		(12.767)	(2.739)	52	(2.500)	(17.954)
Móveis e utensílios		(5.333)	(1.057)	38	(79)	(6.431)
Veículos		(6.372)	(2.337)	340	1.428	(6.941)
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros		(93.287)	(16.534)	-	(6.755)	(116.576)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(1.630)	(1.501)	55	2.103	(973)
Equipamentos de informática		(19.126)	(8.072)	637	3.471	(23.090)
Outros		(2.016)	(212)	-	1.643	(585)
Total		(147.826)	(33.165)	1.733	(18)	(179.276)
Imobilizado líquido		210.496	62.664	(7.798)	-	265.362

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %					Saldo em 2011
	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 2011	
Custo						
Etiquetas eletrônicas	6,6	6.326	178	-	-	6.504
Instalações	13,6	2.666	946	-	94	3.706
Máquinas e equipamentos	9,2	27.499	10.099	(1.324)	133	36.407
Móveis e utensílios	9,2	10.069	1.733	(40)	(278)	11.484
Veículos	19,1	7.422	2.078	(511)	-	8.989
Benfeitorias em máquinas e veículos de terceiros	11,5	115.796	6.319	-	12.224	134.339
Ben						



13. Intangível (consolidado)

	Saldo em				Saldo em
	2011	Adições	Baixas	Transferências	2012
Custo					
Software	17.522	26.480	(86)	(7.564)	36.352
Concessão de serviços públicos					
Outorga principal - METRÓRIO (a)	311.389	—	—	—	311.389
Outorga suplementar - METRÓRIO (b)	162.940	—	—	—	162.940
Outorga principal e suplementar - METRÓRIO (c)	867.120	182.774	(25)	7.564	1.057.433
Outorga ARTESP (d)	634.000	—	—	—	634.000
Direito de concessão - LAMSA (e)	314.141	41.050	—	—	355.191
Direito de concessão - CLN (e)	94.478	3.795	(1)	—	98.272
Direito de concessão - CART (e)	759.433	188.680	(150)	—	947.963
Direito de concessão - CBN (e)	133.050	91.014	(25)	—	224.039
Direito de concessão - CRT (e)	66.772	10.579	(63)	(13)	77.275
Direito de concessão - METRÓRIO (f)	932.843	—	—	—	932.843
Direito de concessão - LAMSA (g)	5.957	—	—	—	5.957
Direito de concessão - CRA (e)	19.421	38.471	—	—	57.892
Direito de concessão - LAMBRA (e)	—	669.617	—	—	669.617
Direito de concessão - CRT (até 2021) (i)	47.931	—	—	—	47.931
Direito de concessão - CTO (e)	—	36.512	—	—	36.512
Direito de concessão - GRU (h)	—	12.317.391	—	—	12.317.391
Ágio LBR	—	675.901	—	—	675.901
Outros	2.031	9.451	—	13	11.495
	4.369.028	14.291.717	(350)	—	18.660.393
Amortização					
Software	(8.446)	(4.485)	50	4.343	(8.538)
Concessão de serviços públicos:					
Outorga principal (até 2018)	(164.555)	(8.348)	—	—	(172.903)
Outorga suplementar (até 2018)	(34.204)	(4.634)	—	—	(38.838)
Outorga principal e suplementar (até 2038)	(53.201)	(23.443)	—	(4.338)	(80.982)
Outorga ARTESP (até 2039)	(58.029)	(21.537)	—	—	(79.566)
Direito de concessão - LAMSA (até 2038)	(11.429)	(8.203)	—	—	(19.632)
Direito de concessão - CLN (até 2035)	(8.718)	(3.701)	—	—	(12.419)
Direito de concessão - CART (até 2039)	(37.963)	(28.089)	—	—	(66.052)
Direito de concessão - METRÓRIO (até 2038)	(88.573)	(32.254)	—	—	(120.827)
Direito de concessão - CBN (até 2035)	(3.424)	(5.722)	—	—	(9.146)
Direito de concessão - CRT (até 2021)	(30.992)	(3.335)	41	—	(34.286)
Direito de concessão - CRT (até 2021) (i)	(4.833)	(4.346)	—	—	(9.179)
Direito de concessão - CRA (até 2046)	—	(22)	—	—	(22)
Direito de concessão - GRU	—	(47.592)	—	—	(47.592)
Outros	(164)	(57)	15	(5)	(211)
	(504.531)	(195.768)	106	—	(700.193)
	3.864.497	14.095.949	(244)	—	17.960.200

Intangível líquido

(*) O saldo do ativo intangível da controladora e sua respectiva movimentação nos exercícios apresentados não são relevantes para demonstrações financeiras tomadas como um todo e por tal motivo não estão sendo divulgados detalhadamente em nota explicativa.

(a) Decorrente do direito de outorga principal para o primeiro período de concessão da controlada MetrôRio (até 27 de janeiro de 2018): O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga principal, de R\$ 311.389, é referente ao direito da Outorga principal de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018.

(b) O montante contabilizado referente ao Ativo intangível - Outorga suplementar, de R\$162.940, é referente ao direito da Outorga suplementar de exploração da Concessão para o período até 27 de janeiro de 2018. O valor contabilizado reflete os termos do 13º Parágrafo da 22ª Cláusula do 6º Aditivo. Tal Aditivo definiu o preço do direito da Outorga suplementar e, consequentemente, este passou a ser reconhecido no Ativo intangível.

(c) Decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada MetrôRio (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038): Através do 6º Aditivo, o MetrôRio e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutive, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela controlada MetrôRio, são reconhecidos no ativo intangível.

(d) Pelo direito de exploração do sistema rodoviário compreendido pelas rodovias SP-270, SP-225, SP-327 e acessos, durante o prazo de 30 anos, a controlada CART, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o valor R\$ 634.000 em conta a favor do DER/SP, a título de outorga fixa.

(e) Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, obrigações dos respectivos contratos de concessão.

(f) Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio: O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

(g) Direito de concessão obtido na aquisição do controle da CART: O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

(h) Direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, durante o prazo de 20 anos, GRU, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 em parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012 pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC, a título de outorga fixa.

(i) Em 28 de maio de 2010, a Construtora OAS subscreveu, a valor de mercado, 2.867.545 ações ordinárias e 5.735.090 ações preferenciais de emissão da INVEPAR, avaliadas no montante total de R\$ 64.172, a serem integralizadas

mediante a transferência para a titularidade da Companhia de 17.992 ações ordinárias e 3.545 ações preferenciais de emissão da Concessionária Rio Teresópolis (CRT). Para a concretização da referida operação era necessária à anuência do poder concedente, o que ocorreu no dia 02 de dezembro de 2010. Sendo assim, em 20 de dezembro de 2010 as ações de emissão da CRT detidas pela Construtora OAS foram transferidas para a INVEPAR. Após tal operação, a Companhia passou a ser detentora de ações da CRT que representam 36,88% do capital votante e 24,91% do capital total. Considerando que o valor correspondente à participação da INVEPAR no patrimônio líquido contábil da CRT em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 16.241, o excedente apurado de R\$ 47.931 foi alocado em direito de concessão conforme o laudo de avaliação de empresa especializada contratada para a mensuração do valor justo dos ativos e passivos adquiridos. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas**
As receitas foram projetadas pelo período da concessão, considerando o crescimento da base de clientes da Unidade Geradora de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais**
Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da controlada bem como, com o crescimento das receitas.
- **Investimentos de capital**
Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base, principalmente, nas obrigações contratuais e no histórico da concessão. As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, visto que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

i) **Prazo de amortização**
A amortização do intangível referente às concessões é linear de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão, no custo com receitas de passagens e/ou pedágios e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível. A exceção é a concessão de GRU que segundo orientações contidas nos itens 12(a) e 13 da OCP05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada à valor presente com base nos custos dos empréstimos e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de imobilizações (CAPEX) em GRU. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

14. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Circulante	Não circulante	2012	2011
HSBC, BNB, Bradesco, CEF, Santander	Capital de giro e conta garantida	Abr/12 a abr/16	CDI	+1,51% a +3,80%	7.699	12.821	20.520	41.569
BNB, Desembahia, BCP, Interbank	Outros	Nov/17 a ago/31	TJLP	+3,00% a +10,00%	5.328	740.447	745.775	494.417
BNDES	Direto	Mai/15 a out/24	TJLP	+1,72% a +2,02%	50.290	865.858	916.148	406.941
CEF, Calyon, FINEP	Financiamento	Nov/16 a jun/34	TR, USD	+3,44% a +8,25%	5.550	263.105	268.655	271.403
BNDES	Sênior	Jul/17 a mar/24	TJLP, IPCA	+1,80% a +2,80%	53.160	530.996	584.156	473.096
			Ajuste taxa efetiva		(1.550)	(1.159)	(2.709)	(2.000)
Total					120.477	2.412.068	2.532.545	1.685.426

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

2014	156.515
2015	136.160
2016	140.593
2017	125.507
2018 em diante	1.853.293
	2.412.068

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Em 31 de dezembro de 2012:

- R\$ 585.607 do saldo devedor é garantido por aval da INVEPAR.
- R\$ 284.814 do saldo devedor não tem garantias
- R\$ 28.403 do saldo devedor são garantidos por carta fiança.
- R\$ 572.058 do saldo devedor são garantidos pelo penhor da totalidade das ações da CART e a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com as debêntures que foram emitidas em janeiro de 2011. Além do aval da Invepar durante o período de 2 anos e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta reserva, não compartilhados com os debenturistas. Possui cláusula restritiva financeira, como segue: ICSD >=1,2 e PL/ Ativo total >= 20% da CART, a qual foi plenamente atendida.
- R\$ 439.139 do saldo devedor são garantidos por Cessão fiduciária dos direitos creditórios e constituição de conta-reserva que possui cláusula restritiva financeira, como segue: EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas superior ou igual a 2,0. Em função das disposições do item 74 do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, o MetrôRio, por não ter atingido o referido índice exigido em contrato, procedeu à reclassificação do montante passivo de R\$ 10.469, do não circulante para o circulante.
- R\$ 17.111 em empréstimos são garantidos por Penhor da totalidade das ações ordinárias da CLN, fiança da Invepar, fundo de liquidez, cessão fiduciária dos direitos creditórios e cessão de indenização em caso de perda de arrecadação.
- R\$ 161.810 do saldo são garantidos por penhor de ações da CBN, cessão fiduciária e vinculação de direitos emergentes, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios, fundo de liquidez em conta reserva e contrato de suporte

R\$ 50.014 referente ao prêmio, tendo sido comercializado o total de R\$ 37.287, sendo R\$ 7.668 referente ao valor nominal e R\$ 26.919 referente ao prêmio de emissão. As referidas debêntures foram emitidas com prêmio de R\$ 2,1653 (valor em real) por título na data de emissão. As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da CRT, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

Avaliação de conversões futuras

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures, em 31 de dezembro de 2012 foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura de debêntures na data de encerramento das informações trimestrais. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função da conversão das debêntures em ações não se mostrar ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

c) CART

Em 24 de janeiro de 2011, foram emitidas e subscritas 40 debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 10.000 cada, remuneradas a 116,5% do CDI com vencimento para 24 de janeiro de 2013. As referidas debêntures foram captadas pelo Banco Bradesco e HSBC, conforme quadro abaixo:

Deben-turistas	Moeda	Encargos anuais	Venci-mento	Prin-cipal	Amorti-Juros	Saldo em 2012
Banco do Bradesco	R\$	116,5% do CDI	24/01/2013	300.000	29.049	(329.049)
HSBC	R\$	116,5% do CDI	24/01/2013	100.000	9.683	(109.683)
				400.000	38.732	(438.732)

As debêntures tinham como garantias o penhor da totalidade das ações da CART e a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com o financiamento do BNDES. Possui cláusula restritiva financeira, como segue: ICSD >=1,2 e PL/ Ativo total >= 20%. As cláusulas restritivas foram atendidas. A 1ª emissão de debêntures foi resgatada antecipadamente na sua totalidade em 28 de dezembro de 2012 com parte dos recursos da segunda emissão de debêntures da companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da Segunda Emissão de Debêntures Simples da CART, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Real, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme de Colocação, para Distribuição Pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM nº 400/03, no valor de R\$ 750.000, emitidas em duas séries, sendo, "Debêntures da Primeira Série" e "Debêntures da Segunda Série".

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 750.000. A emissão se deu em duas (2) séries, sendo que para a Primeira Série foram emitidas 380.000. Debêntures no âmbito da Lei 12.431/11 e para a Segunda Série foram emitidas 370.000 as quais não contaram com os benefícios da Lei 12.431/11.

A emissão foi coordenada pelo Banco Bradesco – BBI, em conjunto com o Banco do Brasil – BI, Banco Votorantim e Banco HSBC.

Parte dos recursos obtidos por meio da emissão foi utilizada para o resgate antecipado da primeira emissão em sua totalidade (principal e juros) no valor de R\$ 415.191. O restante será utilizado para a viabilização e implementação de projetos de investimento de infraestrutura no corredor Raposo Tavares.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, contados a data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios serão pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2013 e o último pagamento na data de vencimento das debêntures.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 59.104 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, conforme CPC08 (R1). Até 31 de dezembro de 2012 R\$ 23.439 dos custos com a emissão ainda não haviam sido pagos aos agentes financeiros, assessores, advogados e consultores. Este montante foi liquidado em janeiro de 2013 e na data do balanço estão registrados no passivo circulante.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

Exercícios	R\$ mil
2013	(3.305)
2014	(3.120)
2015	(3.443)
2016	(3.223)
2017	(3.460)
2018 em diante	(42.553)
	(59.104)

d) LAMSA

Em 10 de janeiro de 2012, a Companhia emitiu 18.000 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 cada, perfazendo o montante de R\$ 180.000. Sobre as debêntures incidiram juros remuneratórios equivalentes a 107,50% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimento em 4 de janeiro de 2013, para fazer face aos investimentos decorrentes do aditivo ao contrato de concessão. Em 6 de julho de 2012 estas debêntures foram totalmente liquidadas.

Em 31 de maio de 2012 a Companhia emitiu 386.722 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, perfazendo o montante de R\$386.722. As Debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano, base 252 dias. Para esta operação a Companhia apresentou como seu Fiador a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (MetrôRio). Em 31 de dezembro de 2012 o saldo referente a este passivo era de R\$ 398.669.

Deben-turistas	Moeda	Encargos anuais	Venci-mento	Prin-cipal	Amorti-Juros	Saldo em 2012
Caixa Econômica	R\$	9,5% + TR	31/05/2027	386.722	21.058	(18.110)
Federal	R\$			386.722	21.058	(18.110)
				386.722	21.058	(18.110)

e) METRÓRIO

Em 14 de março de 2012, foram subscritas 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$100.000. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros - DI, acrescidas de 1,50% a.a. com vencimento em 14 de março de 2014. Os recursos oriundos da captação serão destinados para a quitação de dívidas vincendas da Companhia.

As Debêntures são objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação e melhores esforços de colocação a serem outorgados à Companhia pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sendo R\$50.000 em regime de garantia firme de colocação e R\$50.000 em regime de melhores esforços de colocação. O prazo máximo para colocação das Debêntures pela Emissora será de 60 dias, contados da data de emissão.

Em 03 de maio de 2012 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirográfrica, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Companhia.

Conforme Termo de Adesão fica estabelecido que a Caixa Econômica Federal realizará a colocação das Debêntures ofertadas, sob o regime de garantia firme de colocação para o montante de R\$50.000, representando 5.000 Debêntures. Em 31 de maio de 2012, foi desembolsado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$50.000.

Debenturistas	Moeda	Encargos anuais	Venci-mento	Principal	Juros	Saldo em 2012
HSBC	R\$	CDI + 1,50%	14/03/2014	100.000	7.531	107.531
				100.000	7.531	107.531

Nenhuma das debêntures do grupo INVEPAR possui cláusula de repactuação, e seus custos de captação quando não materiais, são registrados em conformidade como o CPC 08 (R1) Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários (IAS 32). Em 31 de dezembro de 2012 os custos de emissão a serem amortizados totalizavam R\$ 59.110. Estes custos serão amortizados anualmente entre os exercícios de 2013 e 2024 em conexão com a apropriação dos encargos financeiros das debêntures correlatas.



16. Concessão de serviço público

	Consolidado	
	2012	2011
Circulante		
Outorga MetrôRio (a)	255.330	347.933
Outorga GRU (b)	935.854	—
Outorga TransOlimpica	19.149	—
Outorga variável CART	652	536
	1.210.985	348.469
Não circulante		
Outorga MetrôRio (a)	47.628	58.318
Outorga GRU (b)	10.799.355	—
Lamsac (c)	96.707	—
	10.943.690	58.318
Total	12.154.675	406.787

(a) Refere-se ao ônus da concessão da controlada MetrôRio, assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, o saldo de R\$ 134.384 em 31 de dezembro de 2012 será pago pela controlada MetrôRio em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

Compromisso decorrente do direito de outorga principal e suplementar para o segundo período de concessão (entre 28 de janeiro de 2018 e 27 de janeiro de 2038). Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguaí, até 31 de dezembro de 2014; (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de dezembro de 2012 o valor a pagar é de R\$ 120.946. De acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato, o Poder Concedente tem direito de revisão do preço da Outorga da controlada MetrôRio no evento da realização das expansões descritas nos Parágrafos 6º e 7º da Cláusula 1ª do Contrato. Até 31 de dezembro de 2012, a controlada MetrôRio recebeu do Poder Concedente 3 estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório.

Até 31 de dezembro de 2012, a controlada MetrôRio recebeu do Poder Concedente 3 estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. Através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, a controlada MetrôRio assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ em contrapartida ao pagamento da Outorga suplementar, inclusive referente à Estação General Osório. Em 31 de dezembro de 2012, esse compromisso somava R\$ 47.628 (R\$ 55.745 em 31 de dezembro de 2011), líquido do montante penhorado da renda da controlada MetrôRio e já depositado judicialmente, no valor total de R\$ 49.611 (R\$ 49.541 em 31 de dezembro de 2011). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário; e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem. Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a controlada MetrôRio está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

(b) A Concessionária se obriga a pagar a União a parcela anual da contribuição fixa, correspondente ao montante anual de R\$ 810.650; e a contribuição variável que corresponderá ao montante anual em reais resultante da aplicação de 10% sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária.

A contribuição fixa paga anualmente será reajustada pelo IPCA calculado pelo IBGE acumulado entre o mês da realização da sessão pública do leilão e a data de início de pagamento da contribuição.

Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária e suas eventuais subsidiárias integrais seja superior aos valores abaixo relacionados, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

O Contrato de Concessão tem prazo de 20 anos, podendo ser prorrogado uma vez por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo a pagar a União é de R\$ 11.735.209.

(c) Como parte das obrigações assumidas no contrato de concessão pela LAMSAC, a Companhia registrou o passivo de R\$ 96.707, considerando a conversão pela taxa de fechamento de dezembro de 2012 referentes ao compromisso de construir um corredor de ônibus nas áreas da seção 1 do projeto, que após a conclusão da obra, será transferido ao poder concedente sem o recebimento de qualquer contraprestação.

17. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Natureza da contingência	Saldo em 2011	Const. tuções	Paga-mentos	Rever-sões	Atualização monetária	Saldo em 2012
Trabalhistas	7.341	605	(12)	(1.333)	(757)	5.844
Cíveis	7.834	456	(11)	(1.642)	357	6.994
Tributária	182	—	—	—	—	182
Outros	985	—	—	—	—	985
Total	16.342	1.061	(23)	(2.975)	(400)	14.005
Depósitos judiciais	(1.126)	—	—	—	—	(1.126)
Contingências líquidas	15.216	—	—	—	—	12.879

a) Contingências cíveis

As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário e metroviário.

b) Contingências trabalhistas

As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia e suas controladas são ré em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

18. Provisão para manutenção

As controladas constituem provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 - Contratos de concessão e com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A referida provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Para calcular a provisão a valor presente é utilizada a taxa de desconto de 10%. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 21.146 (R\$ 14.679 em 31 de dezembro de 2011).

19. Patrimônio líquido (controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.351.958 (R\$ 1.699.466 em 31 de dezembro de 2011), representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais.

O capital social autorizado da INVEPAR é de R\$ 3.410.494, (R\$ 1.758.000 em 31 de dezembro de 2011). Respeitado o limite autorizado, o qual só pode ser alterado por deliberação da Assembleia Geral, compete ao Conselho de Administração deliberar as emissões de ações, sendo certo que os aumentos de capital se destinarão preferencialmente a investimentos nas sociedades nas quais a INVEPAR participe ou que venha a participar, observando o objeto social.

A composição acionária da INVEPAR em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está assim constituída:

Construtora OAS Ltda.	
OAS Participações S.A.	
OAS Investimentos S.A.	
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	
Total	

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações.

As ações preferenciais não terão direito a voto, porém terão direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

Aumentos de capital

Em 14 de julho de 2011, os acionistas FUNCEF e PETROS subscreveram e integralizaram na INVEPAR o montante total de R\$ 150.000 (R\$ 75.000 cada), representados por 3.644.962 ações ordinárias e 7.289.924 ações preferenciais.

Em 28 de dezembro de 2011, o acionista PETROS subscreveu e integralizou na INVEPAR o montante total de R\$ 207.875, representados por 4.484.557 ações ordinárias e 8.969.114 ações preferenciais.

Em 21 de março de 2012 a Assembleia Geral aprovou um aumento de capital com emissão de 26.398.467 e 52.796.934 ações preferenciais, no montante total de R\$ 1.255.860, integralmente subscrito e integralizado em espécie pelos acionistas Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS ("PETROS") e Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF ("FUNCEF"), nas seguintes quantidades: (i) 10.956.955, ações ordinárias e 21.913.910 ações preferenciais pela acionista PETROS, no montante de R\$ 521.258; e (ii) 15.441.512 ações ordinárias e 30.883.024 ações preferenciais pela acionista FUNCEF, no montante de R\$ 734.603.

Ainda em 21 de março de 2012, a Assembleia Geral aprovou um segundo aumento de capital na INVEPAR pela qual foram emitidas 17.429.354 ações ordinárias (14,94% do total de ações desta classe) e 34.858.708 ações preferenciais (14,94% do total de ações desta classe) integralmente subscritas e integralizadas por OAS S.A., sociedade anônima fechada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo. A OAS S.A. era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A. ("VPR") que foram utilizadas na integralização deste aumento de capital. A VPR possuía patrimônio líquido de R\$ 396.632. A quantidade de ações a ser emitida tomou por base o valor justo da VPR e o montante de R\$ 432.539 equivalente a diferença entre o valor justo e o valor de livros da VPR foi registrado como reserva de capital, no patrimônio líquido. Nesta mesma data (21 de março de 2012), a Companhia foi comunicada pelos acionistas BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações ("Fundo BB") e OAS Investimentos S.A. ("OASI") a respeito da celebração, entre esses acionistas, de um instrumento particular de permuta de participações acionárias, por meio do qual foi ajustada uma permuta de ações ordinárias e preferenciais entre esses acionistas nas seguintes quantidades:

Acionista	Ações ON transferidas ou recebidas em permuta	Ações PN transferidas ou recebidas em permuta
OASI	(11.459.636)	11.459.636
Fundo BB	11.459.636	(11.459.636)

Empresa(s)	Modalidade	Limite máximo de indenização		Vigência		Seguradora
		de	até	Início	Fim	
LAMSA	Garantia de responsabilidade	18.160	18/12/2012	18/12/2013		J.Malucelli
LAMSA	Responsabilidade criminal	35.000	01/08/2012	01/08/2013		Tokio Marine
CLN	Seguro garantia	4.610	22/02/2012	22/02/2013		Cesce Brasil
CLN	Riscos operacionais	493.000	01/08/2012	01/08/2013		Tokio Marine
CLN	Responsabilidade civil	35.000	01/08/2012	01/08/2013		Tokio Marine
METRÔRIO	Responsabilidade civil	35.000	01/08/2012	31/07/2013		Tokio Marine
METRÔRIO	Transporte nacional	4.000	12/02/2012	12/02/2013		Royal & Sunalliance
METRÔRIO	Transporte internacional	1.015	10/02/2012	10/02/2013		MAPFRE Seguros
CART	Garantia ampliações	120.280	16/03/2012	16/03/2013		Austral Seguradora
CART	Garantia funções operacionais	114.613	16/03/2012	16/03/2013		Austral Seguradora
CART	Responsabilidade civil	35.000	01/08/2012	01/08/2013		Tokio Marine
CART	Riscos operacionais	200.000	01/08/2012	01/08/2013		Tokio Marine
CRT	Responsabilidade civil	7.000	12/08/2012	12/08/2013		Chartis
CRT	Riscos de Engenharia	33.000	13/05/2012	30/11/2013		Tokio/Itaú Seguros
CRT	Riscos Operacionais	45.000	11/07/2012	11/07/2013		Itaú Seguros
CRT	Seguro performance bond	13.700	22/11/2012	22/11/2013		Banco Fator
CRT	Responsabilidade civil para Administradores D&O	10.000	15/02/2012	15/02/2013		Chartis
CRT	Multirrisco empresarial	5.930	11/07/2012	11/07/2013		Itaú Seguros
CBN	Responsabilidade civil para administradores D&O	20.000	08/04/2012	08/04/2013		Itaú Seguros
CBN	Responsabilidade civil	30.000	17/08/2012	17/08/2013		Allianz
CBN	Seguro de Rodovias	35.000	17/08/2012	17/08/2013		Itaú Seguros
CBN	Seguro performance bond	89.898	17/08/2012	17/08/2013		Banco Fator
CRA	Seguro garantia	30.000	17/07/2012	17/07/2013		Banco Fator Seguradora
CRA	Responsabilidade civil	17.371	05/11/2012	04/11/2013		Allianz Seguros
CRA	Riscos operacionais	96.000	15/06/2012	15/06/2013		Tokio Marine
CRA	Responsabilidade civil para administradores D&O	20.000	10/07/2012	10/07/2013		Allianz Seguros
GRU	Responsabilidade civil	50.000	22/08/2012	30/09/2016		ACE Seguradora
GRU	Riscos Operacionais	700.000	24/05/2012	24/05/2013		Itaú Seguros
GRU	Responsabilidade civil	500.000*	24/05/2012	24/05/2013		Itaú Seguros
GRU	Garantia de Obrigações Públicas	884.853	17/05/2012	04/06/2013		Itaú Seguros
GRU	Risco de engenharia e obra Civil	1.170.000	28/09/2012	30/06/2016		ZURICH Seguradora
Invepar, Lamsa, MetrôRio, CLN e CART	Responsabilidade operacionais	200.000	01/08/2012	01/08/2013		Tokio Marine
Invepar, MetrôRio, Lamsa, CLN, CART, LAMBRA, LAMSAC, GRUPAR, GRU, PEX, Instituto Invepar	Responsabilidade civil para Administradores D&O	50.000	21/09/2012	21/09/2013		Allianz Seguros

* Em milhares de dólares.

22. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2012. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Instrumentos financeiros	2012			2011		
	Valor justo	Custo amort.	Total	Valor justo	Custo amort.	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	1.029.515	—	1.029.515	266.314	—	266.314
Aplicação financeira	697.597	—	697.597	311.929	—	311.929
Valores a receber	—	170.217	170.217	—	36.182	36.182
Total do ativo	1.727.112	170.217	1.897.329	578.243	36.182	614.425
Passivos						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	—	3.746.690	3.746.690	—	2.650.774	2.650.774
Obrigações com Poderes Concedentes	—	12.154.675	12.154.675	—	406.787	406.787
Total do passivo	—	15.901.365	15.901.365	—	3.057.561	3.057.561



As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras
- Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo Grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Risco de taxa de câmbio

O resultado da controlada MetrôRio poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, a controlada MetrôRio possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior.

O resultado da controlada GRU poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função da receita não tarifária oriunda do Dufry do Brasil, lojas francas, que tem parte da sua receita em moeda estrangeira. A mesma firmou contrato com a Concessionária com cláusula de arrecadação variável sobre o total das vendas.

e) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2012, nenhuma empresa do grupo Invepar possuía operações com instrumento financeiro derivativo ou com característica de *hedge*.

f) Risco de liquidez

O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, aplicações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o

requerimento da CVM:

g.1 Ativo Financeiro

Empresa	Operação	Risco	Cenário		
			provável	Cenário A	Cenário B
		Câmbio			
		US\$/R\$			
MetrôRio	Fundo Cambial		-	35.010	70.707
MetrôRio	Caixa e equivalente	DI	1.259	944	629
MetrôRio	Aplicações financeiras	DI	1.756	1.317	878
INVEPAR	Caixa e equivalente	DI	37.720	28.290	18.860
LAMSA	Caixa e equivalente	DI	2.523	1.892	1.262
LAMSA	Aplicações financeiras	DI	816	612	408
CART	Caixa e equivalente	DI	7.895	9.869	11.843
CART	Aplicações financeiras	DI	18.972	23.715	28.458
PEX	Caixa e equivalente	DI	32	24	16
LAMBRA	Caixa e equivalente	DI	1.033	774	516
LAMBRA	Aplicações financeiras	DI	15.228	11.421	7.614
CBN	Caixa e equivalente	DI	59	44	29
CBN	Aplicações financeiras	DI	431	323	215
CRT	Caixa e equivalente	DI	106	79	53
CRA	Caixa e equivalente	DI	17	13	8
GRU	Caixa e equivalente	DI	21.693	16.269	10.847
CTO	Caixa e equivalente	DI	111	83	55

g.2 Passivo Financeiro

Empresa	Operação	Risco	Cenário		
			provável	A	B
LAMSA	Debêntures	TR	324.503	326.957	329.371
CART	Debêntures	IPCA	48.248	60.310	72.372
CART	BNDES	TJLP	23.588	29.485	35.382
CART	BNDES	IPCA	5.857	7.321	8.786
METRÔRIO	BNDES	TJLP	150.536	178.276	206.195
METRÔRIO	FINPEP	TJLP	5.824	6.442	7.059
		Taxa			
		Câmbio			
		R\$/US\$			
METRÔRIO	Financiamento importação		638	798	957
METRÔRIO	Financiamento CAIXA	TR	238.645	240.784	242.922
METRÔRIO	Debênture Privada	IPCA	137.737	138.803	139.845
METRÔRIO	Debênture HSBC	DI	91.577	118.757	149.674
CRT	BNDES direto 1	TJLP	40.159	50.199	60.238
CRT	BNDES direto 2	TJLP	8.076	10.094	12.114
CLN	Capital de Giro	CDI	2.673	3.341	4.009
CBN	FUNDESE	TJLP+3%	13.184	14.875	16.549
CBN	FAT	TJLP+4%	11.965	13.324	14.669
CBN	Debênture	DI	3.330	3.571	3.809
		Referência para ativos e passivos financeiros			
		TJLP (% ao ano)	5,00%	6,25%	7,50%
		DI passivo(% ao ano)	6,94%	8,68%	10,41%
		DI ativo(% ao ano)	6,94%	5,21%	3,47%
		IPCA (% ao ano)	5,84%	7,30%	8,76%
		Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	R\$2,04	R\$2,55	R\$3,07
		TR (% ao ano)	0,29%	0,36%	0,43%

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	2.532.545	1.685.426
Debêntures	1.214.145	965.348
Caixa e equivalentes de caixa	(1.029.515)	(266.314)
Aplicações financeiras	(697.597)	(311.929)
Dívida líquida	2.019.578	2.072.531
Patrimônio líquido	3.824.295	1.681.246
Patrimônio líquido e dívida líquida	5.843.873	3.753.777

i) Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: Preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

23. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Resultado básico e diluído por ação	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Numerador				
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	24.584	(59.603)	24.584	(59.603)
Denominador (em milhares de ações) Média ponderada de número de ações	400.353	278.503	400.353	278.503
Resultado básico e diluído de número de ações	0,06	(0,21)	0,06	(0,21)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações anuais.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2012 e 2011, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

24. Receitas, custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2012	2011
Receita de pedágio	574.548	493.971
Receita com venda de bilhetes	510.349	454.614
Receitas aeroportuária	87.907	-
Receitas acessórias	99.773	29.174
Deduções, devoluções e cancelamentos	(100.996)	(73.223)
Receita de serviços	1.171.581	904.536
Receita de construção	1.338.751	569.695
Receita total	2.510.332	1.474.231

Custos e despesas

	Consolidado	
	2012	2011
Operacionais, gerais e administrativas	(467.489)	(335.611)
Pessoal e encargos	(270.700)	(209.630)
Depreciação e amortização	(228.933)	(172.525)
Marketing e venda de serviços	(6.188)	(18.780)
Custo de construção	(1.316.996)	(555.437)
	(2.290.306)	(1.291.983)
Custo de serviços prestados	(644.122)	(534.176)
Custo de Construção	(1.316.996)	(555.437)
Despesas gerais e administrativas	(329.188)	(202.370)
	(2.290.306)	(1.291.983)

25. Eventos subsequentes

Em 10 de fevereiro de 2013, iniciou-se a operação da Via Parque Rímac (VPR) e no dia 13 do mesmo mês foi celebrado um aditivo contratual entre Via Parque Rímac e a Municipalidade de Lima, no qual o prazo da concessão foi ampliado em mais 10 anos, passando de 30 para 40 anos, até 2042. Em contrapartida a Concessionária assume novas obrigações de investimentos, além do pagamento de outorga variável de 7% sobre a receita bruta.

Em 15 de fevereiro, término da fase 1-A, GRU realizou a transferência dos empregados da INFRAERO que foram convidados durante o processo de transição e que por sua vez aceitaram a proposta da Concessionária. Os empregados transferidos têm garantia de emprego pelo período de cinco anos; condições de contrato de trabalho no mínimo equivalentes às praticadas pela INFRAERO; e manutenção da vinculação ao INFRAPREV - Instituto INFRAERO de Seguridade Social.

DIRETORIA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL	
	CARGO	TITULAR	CARGO	TITULAR	CARGO
Gustavo Nunes da Silva Rocha	Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores	Ricardo Carvalho Giambroni	Presidente do Conselho de Administração	Luiz Antonio dos Santos	Presidente do Conselho Fiscal
Marcos Bastos Rocha	Diretor Vice-Presidente Administrativo-Financeiro	Antônio Braulio de Carvalho	Vice Presidente do Conselho de Administração	Roosevelt Rui do Santos	Conselheiro
Damião Carlos Moreno Tavares	Diretor Vice-Presidente de Concessões Rodoviárias	Carlos Eduardo Leal Neri	Conselheiro	José Miguel Correia	Conselheiro
		Paulo Cesar Campos	Conselheiro	Josedir Barreto dos Santos	Conselheiro
		Carlos Fernando Costa	Conselheiro		
		Manuela Cristina Lemos Marçal	Conselheiro		
		Fábio Horí Yonamine	Conselheiro		
		Carlos Eduardo Paes Barreto Neto	Conselheiro		

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 26 de março de 2013, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício e a correspondente proposta de orçamento de capital. O exame dos referidos documentos foi complementado por análises de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes

e pela Administração da Companhia. Dessa forma e com base nos trabalhos e nos esclarecimentos prestados pela Ernst & Young Terco e no seu parecer, emitido sem ressalvas com data de 26 de março de 2013 e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima estão adequadamente apresentados e opina favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que os examinará. Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da **Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar** Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 26 de março de 2013



Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. Gláucio Dutra da Silva
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4